

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA da União de Freguesia

Sessão Ordinária realizada no dia 28 de dezembro de 2017

ATA nº 3/2017

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas teve lugar a reunião da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso, a qual decorreu na sede da Junta de freguesia de Mafamude sita na Rua Soares dos Reis, nº1154, presidida por Tiago Filipe da Costa Braga. Constituíram a mesa a 1ª Secretária, Luciana da Costa Reis e como 2º Secretário Arnaldo da Rocha Ferreira da Silva-----

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados de assembleia de Freguesia: Miguel Marques de Lemos Rodrigues, Maria Rosalina Freitas de Oliveira Santos, André Filipe Nogueira Rodrigues, Maria Helena Fortunato Figueiredo, Hélder Serafim da Silva Ribeiro, Diogo Filipe Prada da Silva, Isabel Leite Ferreira, Barbara dos Santos Martins e Carla da Silva Machado (PS). Gustavo Leite Gama, António José da Silva Pereira, Ana Andreia dos Santos Ferreira Castelo, António José Areias da Costa Lobo Miranda, Ondina Maria Azevedo Almeida Luz Duarte (PSD). Filipe Miguel Cardoso Oliveira, Paula Maria Militão de Lemos Valentim (BE), Elsa Ludmila Dias da Silva (CDU) e José Ricardo Dias Lopes (CDS/PP) -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Tiago Filipe da Costa Braga cumprimenta e dá as boas vindas a todos os presentes na terceira sessão da assembleia de freguesia do actual mandato. Passou de imediato a ler a ordem de trabalhos da sessão ordinária. Informou que no período da ordem do dia e apesar de na convocatória ter seis pontos, em reunião preparatória ficou acordado que como é matéria da ordem do dia a inclusão da Apresentação, discussão e Votação do Plano de Atividades Plurianual e Orçamento para 2018, para não prejudicar a discussão desse instrumento muito importante para o funcionamento da gestão da Freguesia, ficariam hoje pelo ponto 4.1 – Discussão e Votação da Proposta da Alteração do Manual de Normas de Controlo



Interno e ponto 4.2 – Discussão e votação da Proposta do Regulamento da Feira de Vilar do Paraíso. São estes os trabalhos que hoje teríamos propostos para esta primeira sessão da assembleia de freguesia. No final da reunião tomaremos nota, sem prejuízo para os fregueses, de nova data para convocatória para a segunda reunião da assembleia de freguesia para se concretizar o plano e ordem que tínhamos para esta sessão. Tivemos até este momento cinco pedidos de substituições. Bárbara Martins é substituída por Bruno Pimentel, Carla Machado é substituída por José Ferreira e Isabel Ferreira é substituída por Ricardo Campos, na bancada do PS. Na bancada do PSD, Ondina Luz Duarte é substituída por Hugo Vieira e no BE, Filipe Miguel Cardoso Oliveira é substituído por Tiago Santos. Entretanto como Carla Machado, secretária da mesa da assembleia pediu substituição, foi solicitado à Luciana da Costa Reis que se juntasse a nós para nos auxiliar na condução dos trabalhos. Constituída a mesa da Assembleia e após as substituições, o Senhor Presidente procedeu à chamada, pelo Partido Socialista, presentes Tiago Filipe da Costa Braga, Arnaldo da Rocha Ferreira da Silva, Miguel Marques de Lemos Rodrigues, Maria Rosalina Freitas de Oliveira Santos, Bruno Alexandre Tavares Castro Pimentel, André Filipe Nogueira Rodrigues, Luciana da Costa Reis, Maria Helena Fortunato Figueiredo, Hélder Serafim da Silva Ribeiro, Diogo Filipe Prada da Silva, Ricardo Miguel Eusébio de Campos e José Ferreira. Pelo PSD Gustavo Leite Gama, António José da Silva Pereira, Ana Andreia dos Santos Ferreira Castelo, António José Areias da Costa Lobo Miranda e Hugo Miguel da Cunha Vieira. Pelo Bloco de Esquerda presentes Tiago André Pinheiro Serafim dos Santos e Paula Maria Militão Lemos Valentim. Pela CDU Elsa Ludmila Dias da Silva. Feita a chamada, o senhor Presidente solicita a todos os membros presentes que assinem a lista de presenças. Continuando com os trabalhos e dando cumprimento ao ordenamento da presente sessão e ao Regimento, entretanto o primeiro ponto, será o ponto de abertura às intervenções do público, de trinta minutos, estando neste momento abertas as inscrições para este ponto da ordem de trabalho. Inscreveram-se os senhores André Pereira e Joaquim Viana. O Presidente da Mesa dá de imediato a palavra ao senhor André Pereira.-----

- **André Pereira:** Muito obrigado senhor Presidente, muito boa noite a todos. São várias coisas para resolver, para começar exatamente para despachar um bom Natal, aproveito para desejar também um bom ano. A título pessoal pretendo conforme já fiz



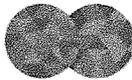
noutras ocasiões, felicitar os eleitos pela eleição, para que continuem a construir uma freguesia, cada vez mais livre. Peço o favor à mesa da assembleia para fazer chegar este documento à Junta de Freguesia. O outro assunto que cá me traz, a exemplo daquilo que também já fiz na Assembleia Municipal, prende-se com a instituição o Grupo Dramático e Beneficente de Vilar do Paraíso isto é algo, que já tem algo histórico, tem vindo às assembleias de freguesia. É um diferendo judicial e que vai para além daquilo que certamente pode perpassar pela cabeça dos presentes e de outros que não estão presentes, mas que estão ausentes, uma situação com alguma complexidade, mas que tem de ter os seus passos até chegar uma conclusão final. Por isso aquilo que aqui quero deixar ficar são os fundamentos constituintes da instituição do Grupo Dramático e Beneficente de Vilar do Paraíso. Para quem está de novo eventualmente possa tomar conhecimento desta informação, deixo à assembleia e peço também à assembleia para fazer chegar este documento à Junta de Freguesia. Na qualidade de Presidente do Grupo Popular de Vilar do Paraíso, como cumprimentos tanto à assembleia de freguesia como à junta os votos para além das felicitações pela eleição, são para que continuem a contribuir para a construção de uma, cada vez melhor, qualidade de vida da Freguesia de Vilar do Paraíso não falo na Freguesia de Mafamude porque politicamente não estou mandatado partidariamente para o fazer, apenas represento a Freguesia de Vilar do Paraíso.-----

- **Joaquim Viana:** Muito obrigado, Exmo. Senhor Presidente e membros da assembleia da Assembleia de Freguesia, Senhor Presidente e Membros do Executivo, Deputados e Deputadas da Assembleia de Freguesia, senhoras e senhores. Em primeiro lugar felicitar os membros do executivo e da assembleia pelos resultados eleitorais e pelos assuntos obtidos no exercício de mandato, no entanto e no primeiro momento os resultados de dois mil e treze. Resultados, sobretudo da caducidade do anterior contrato eleitoral, o momento presente impõe maior aprofundamento no exercício de transparência democrática e das responsabilidades executivas. Apresentando as sinceras congratulações pretendo trazer e esta respeitável câmara cinco reflexões de princípio e cidadania. **Um:** Assistimos muito recentemente a uma vaga de obra pública distribuída por algumas necessidades básicas no concelho mas sobretudo na nossa união de freguesias. Nenhum ressentimento senhor presidente, porque quando já sabemos, parafraseando o concílio banqueiro na nossa praça, andamos quatro anos de



exercício a aguentar a regularização de contas que transitavam todas com urgência do anterior mandato. No entanto é entreposto salientar a beneficiação sendo conhecido a urbana do lugar da feira em Vilar do Paraíso, tornado finalmente num espaço digno para a função e o convívio parece não ter contemplado os equipamentos sanitários e ter deixado ainda abandonado o espaço dos fundos, atrás da Capela de São Pedro, muito vandalizado e sem higiene, que muito poderia ter complementado a obra de requalificação. **Dois:** O terreno do antigo matadouro municipal, que por princípio deveria continuar adjudicado ao domínio público a que pertenceu e que mais parece continuar no domínio do desleixo público teve recentemente uma intervenção municipal na desmatação do terreno, cuja principal consequência foi apenas e significativamente proceder a uma urgente desratização, mas permanece no perfeito abandono e sem perspectiva de contributo paisagístico para o IMI que todos os vizinhos pagam. Outra reflexão a ser transmitida provavelmente ao executivo municipal é o de melhorar a definição de ordenamento de trânsito automóvel e pedonal por quanto é comum encontrar autênticos pontos visuais mortos. Pela colocação de paragens ou atravessamentos pedonais que permitam ou impedem a visibilidade dos peões ou dos condutores em contraste com a necessidade de adequar as novas tecnologias de informação ao século presente e ao país de referência da *web summit* nacional. Por quanto permanece a dificuldade de acompanhamento e informação pública da ordem de trabalhos desta assembleia, datas e locais de plenários a realizar, atas das assembleias realizadas, reuniões abertas do executivo. Da união de freguesias, por mim remetidos, ainda não obtivemos resposta, nem permitem cópias da exposição apresentada. Finalmente e porque parece que esta será a ultima assembleia de freguesia do ano corrente, desejar bom ano novo, a todos, mas também pelo pagamento das presenças nas mesas de voto no presente ato eleitoral, sejam regularizadas. Todos sabemos que o ano civil e fiscal termina a trinta e um de dezembro, afinal não há eleições proximamente, porque em cerca de doze horas que cada representante eleitoral preencheu em prol do exercício do ato, merecem consideração e como sabemos, as despesas já se encontram cabimentadas no plano de exercício em acção.-----

- **Presidente da Junta:** Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, senhoras e senhores representantes, Exmo. Público. Iria começar por responder às questões



colocadas pelo senhor Joaquim Viana, que a certa altura me pareceram mais afirmações e opiniões próprias de que propriamente questões. Vou assumir que, tudo aquilo que disse foram questões colocadas à Junta de Freguesia. Relativamente ao WC da feira, de facto existem, estão lá, nas traseiras, há muitos anos. Não posso precisar á quantas décadas existem aquelas casas de banho. Existem há várias décadas, certo que na altura quem optou por fazer aquela obra nas traseiras da capela de São Martinho, aquele pequeno anfiteatro com as casas de banho por baixo, não anteciparam a possibilidade, de se concretizar, de se tornar um refúgio para um certo vandalismo, e também para consumo de droga, como aconteceu não vai há muito tempo. Por acção da polícia conseguiu-se retirar grande parte dos indivíduos que ocuparam aquela parte que é escondida e abrigada para o consumo de droga. Para além disso as casas de banho são geridas pela Junta de Freguesia. Não podemos deixa-las permanentemente abertas, porque isso obrigaria à colocação pelo menos de dois funcionários, que não temos. Mas, o que é certo nos dias de feira e também em atividades, como aconteceu recentemente com a praça de natal, julgo que deve ter reparado que nos dias dezasseis e dezassete, vinte e três e vinte e quatro deste mês tivemos lá uma Praça de Natal. Contamos com a presença de centenas de crianças e familiares, uma primeira experiência que fizemos em Vilar do Paraíso, visto que a Praça de Natal da câmara é Mafamude e dá resposta quase a todo o concelho, portanto as casas de banho também funcionam nessas alturas. O facto de elas terem sido construídas, num local escondido ou se encontrarem nas traseiras da capela é um convite encapado à má frequência, também lidamos com esse contratempo. O terreno do antigo matadouro, aqui já em cima, na Quinta das Rosas, em frente ao nosso polidesportivo, é um terreno privado. Foi uma luta muito grande que travamos, para que o mesmo fosse limpo. Portanto a câmara avançou primeiro com a desratização, porque de facto eu próprio presenciei, a situação estava muito agravada e foi possível que a câmara avançasse com a desratização e depois com a desmatização, a chamada limpeza do terreno, mas sendo um terreno privado, esta operação só foi possível, por que foram cumpridos todos os prazos que o código civil determina. Em todas as reuniões da assembleia de freguesia vai acontecer que eu vou ter que dar essas mesmas explicações. Vem sempre alguém do público colocar essa questão e eu tenho o dever de dar essa informação. O código civil determina de que forma é que a propriedade privada por ser invadida, sem



o consentimento do proprietário, e ela pode ser invadida mediante determinadas posições e por determinadas entidades. Uma das entidades que não tem capacidade legal para invadir uma propriedade privada, sem o consentimento do proprietário, são precisamente as juntas de freguesia. As juntas de freguesia não podem invadir uma propriedade privada sem o consentimento do proprietário e mesmo com o consentimento do proprietário tem que haver profundas razões, ou melhor, tem que estar em causa razões de salubridade e segurança de pessoas e bens que justifiquem uma intervenção da junta de freguesia, isto no limite da sua intervenção. Em todo o caso a lei determina que as camaras municipais podem intervir, mas primeiramente tem que notificar o proprietário, tem que dar um prazo de alguns meses, para que o próprio por sua iniciativa faça limpeza do terreno. Se o mesmo não fizer, a camara municipal fá-lo de forma coerciva, ou seja afixa um edital no terreno com a autoridade policial, dando-lhe um novo prazo, penso que é de um mês. Volvido esse tempo, se mesmo assim o proprietário não proceder à limpeza, a camara municipal pode avançar com a limpeza do terreno e mandar depois a fatura do serviço para o proprietário. Mas só pode intervir decorridos estes prazos e estas etapas, e estes prazos têm que ser cumpridos. Foram todos ultrapassados e portanto aí a Câmara Municipal por razões de salubridade pública, como o senhor disse e muito bem, avançou para a desratização e para a limpeza do terreno. Há uma questão que toda a gente coloca: porque é que a camara não faz isso em todos os terrenos? A camara tinha á três meses ou quatro meses lista de espera de mais mil terrenos para limpar no Concelho. É impossível proceder à limpeza de todos os terrenos que se encontram abandonados pelos particulares, o país vive esta falta de responsabilidade e civismo por parte de milhares de proprietários e as tragédias que depois vai levar a que todos nós participemos de forma mais directa ou indirecta, relacionada com os incêndios, diz bem o grau de relaxamento e de responsabilidade que vive este país. Na nossa freguesia, todas as semanas fazemos comunicações à Câmara Municipal para que notifique os proprietários para a limpeza dos terrenos. Também sabemos que a Câmara Municipal todos os meses procede à limpeza dos terrenos, decorridas estas etapas e decorridos estes prazos. Ao nível da sinalização é um trabalho contínuo que nós temos feito, embora não seja da competência da Junta de Freguesia mas sim da Câmara Municipal. Aliás todas as posturas de trânsito têm que ser aprovadas pela Câmara Municipal. A





Junta de Freguesia tem a competência de propor à Câmara Municipal. A Câmara tem técnicos que são especializados nesta área. As sugestões e as propostas que a Junta de Freguesia faz chegar todos os dias à Câmara Municipal tem sido feito pela nossa parte e é um trabalho que nunca está finalizado. Dos problemas que resolvemos há três meses alguns estão a surgir de novo. Em relação às atas da Assembleia de Freguesia, elas estão todas no site da Junta de Freguesia, todas. O site da Junta de Freguesia é exemplar, do ponto de vista da prestação da informação, todas as convocatórias da Assembleia de Freguesia, todas as atas da Assembleia de Freguesia, são de consulta pública no site da Junta, todas, sem excepção. Todos os documentos da Junta de Freguesia, quer de eficácia externa e interna, em qualquer parte do mundo podem consulta-las. Assim como também os relatórios das auditorias, fazem parte do site da Junta de Freguesia. Todos os cidadãos as podem consultar e podem estudar, assim como também outra documentação que nós sabemos que pode ser de interessa para os cidadãos, como todos os apoios que a Junta de Freguesia dá através de protocolos celebrados com as instituições de Vilar do Paraíso. Estão no site da Junta de Freguesia, por razões de transparência, foi um compromisso que assumimos há quatro anos atrás, poderá consultar o site da Junta de Freguesia. Relativamente ao pagamento das eleições, recebemos há uns dias atrás, estamos a preparar o pagamento. Vamos fazer o pagamento de forma diferente do que fizemos o ano passado. Somos a freguesia do país com mais membros nas mesas de voto, mais de duzentas pessoas nas mesas de voto e como temos que pagar com cheque, o tesoureiro vai ter que os preencher e assinar. São duzentos e tal cheques e o ano passado enviamos uma carta, assim como este ano para as pessoas virem à Junta de Freguesia receber. Aconteceu que vieram as duzentas e tal pessoas em dois dias e entupiram os serviços da secretaria de Mafamude. Desta vez vamos pagar a um sábado de manhã no horário entre as dez e as treze, mediante a disponibilidade. Às pessoas que não tiverem disponibilidade ao sábado de manhã basta contactar para combinar para outra altura. Será feito na próxima semana. Como recebemos há um dia ou dois a transferência da Câmara Municipal estamos em condições para proceder ao pagamento. Julgo que estão respondidas as questões.-----

Presidente da Assembleia de Freguesia: Como não resta muito tempo, e não havendo nenhum inscrito passaremos de imediato ao segundo ponto da ordem. O Presidente

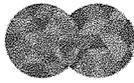


da Assembleia foi interpelado por um membro da Assembleia de Freguesia, solicitando para que se passasse de imediato para o ponto do Período Antes da Ordem do Dia. A leitura, discussão e votação das atas será feita na reunião seguinte. Estão abertas as inscrições para quem quiser intervir. António Pereira do PSD, Ricardo Lopes do CDS/PP, Tiago dos Santos do BE, Diogo Silva do PS, Ricardo Campos do PS, Gustavo Gama do PSD e Miguel Lemos do PS. Como regimentalmente está mais ou menos estabelecido o primeiro a intervir é o senhor Ricardo Lopes do CDS/PP.

- **José Ricardo Dias Lopes (CDS/PP):** Boa noite Senhor Presidente. Aproveito para cumprimentar a mesa, o executivo, todos os membros da assembleia e todos os presentes e aproveitar a ocasião para desejar-vos a todos umas festas felizes e que o próximo ano seja consagrado e muito sereno. O que me traz aqui é um pedido de esclarecimento que entrego ao senhor Presidente da Assembleia, no sentido de e uma vez que já começou a intervenção com vista à construção e implementação da feira de levante, aproveito para pedir alguns esclarecimentos por escrito, em particular o protocolo que possa existir, no sentido do terreno estar a ser alvo e estar a ser lá investido dinheiros públicos, necessitamos de tomar conhecimento. Faço-o em nome da grupo parlamentar que aqui represento e faço-o também em nome do PSD e certamente por todos os Mafamudenses e pessoas de Vilar do Paraíso.

- **Tiago André Pinheiro Serafim dos Santos (BE):** Boa noite Senhor Presidente da Assembleia, Senhores membros do executivo, senhoras e senhores membros e restantes. Vila Nova de Gaia sendo o terceiro maior município mais populoso do país, tendo em simultâneo uma crescente concentração de áreas comerciais, não podia ficar indiferente às lutas levadas a cabo nos últimos dias nos sectores da grande distribuição e logísticas, bem como dos CTT. Quando nesta empresa está prevista a supressão de oitocentos postos de trabalho a venda de património e encerramento de mais balcões sendo que, desde a privatização temos assistido a uma degradação constante dos serviços postais e uma crescente mercantilização das lojas e uma aposta quase exclusiva no setor bancário, o serviço público tem vindo a ser relegado para um segundo plano ou mesmo para plano algum. Sendo que, cada vez mais existem falhas graves no serviço postal, um serviço que devia exigir um cuidado especial por ser da maior relevância para a população. Por outro lado a grande distribuição e as logísticas





têm as tabelas salariais congeladas há dez anos, tendo havido apenas uma actualização mínima de dois por cento em dois mil e dezasseis, para evitar a caducidade do instrumento da regulamentação coletiva negociado entre a APEPE e a Federação de Sindicatos do Comércio e Serviços, com a aprovação do Orçamento de Estado para dois mil e dezoito todos os escalões abaixo dos operadores especializados ficam ultrapassados pelo aumento do rendimento mínimo mensal garantido, mais conhecido como ordenado mínimo, à parte das questões salariais estão outras como, a justa reivindicação da tabelas B que contempla todos os distritos que não Lisboa, Porto ou Setúbal, significa isto que para as mesmas funções existem duas tabelas diferentes consoante a zona geográfica, mas também a utilização em massa de vínculos laborais precários com recurso a instrumentos introduzidos na legislação laboral pelo governo anterior e que até ao momento o atual governo persiste em manter como é exemplo da motivação de primeiro emprego para contratos a termo que pode contemplar pessoas que já tiveram dezenas de vínculos laborais, desde que nunca sem termo, por outro lado, a desregulamentação dos horários de trabalho que leva a impossibilidade de haver uma programação de vida e principalmente com uma regular vida familiar para todos, os operadores de lojas da grande distribuição. A acrescer à motivação desta greve, em particular a justa reivindicação da negociação do contrato colectivo por instrumento de negociação entre as partes que se mantém por decisão politicamente vincada do anterior governo, mas também por teimosia, alguma cobardia por parte do actual, em permanente risco de caducidade. Reunida em vinte e oito de dezembro de dois mil e dezassete a Assembleia da União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, delibera saudar a luta de todos os trabalhadores, quer sejam residentes na União de Freguesias ou noutras do Concelho, a trabalhar em instalações da grande distribuição e dos CTT a operar em Vila Nova de Gaia, em concreto nas greves levadas a cabo no dias vinte e um e vinte e dois, no caso dos CTT e vinte e dois, vinte e três e vinte e quatro do corrente mês na grande distribuição e logística, por melhores condições de trabalho e salários mais justos.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, para todos, um voto de saudação pela proposta apresentada, seguidamente passava a palavra ao senhor António Pereira.

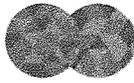


- **António José da Silva Pereira (PSD):** Boa noite Senhor Presidente da Assembleia, senhores secretários, membros do executivo, colegas da assembleia e estimado público. Espero que tenham tido um bom Natal e desejo-vos um ótimo ano de 2018. O que trago aqui é um pedido de esclarecimento: em três de agosto de dois mil e dezassete deu-se início à retirada da cobertura do pavilhão do Vilanovense futebol clube. Equipamento esse que para além de ser simplesmente um pavilhão, era sem dúvida um espaço que devidamente rentabilizado, ajudava e de que maneira o clube, segundo palavras do seu Presidente António Coelho. Depois de ser colocada a cobertura nova, o clube iria ter muitas e melhores condições para todos os atletas poderem usufruir no futuro. Em vez da cobertura nova, passados uns tempos, porque a obra parou, começaram a desmontar a estrutura metálica. Pensamos que estes serviços foram prestados pela Câmara Municipal de Gaia, neste momento já não existe pavilhão, nem nada que se pareça. Está tudo a céu aberto. Pergunto, será que não irá haver mais pavilhão no Vilanovense? Será que o que foi prometido ao senhor Presidente António Coelho foi “por água abaixo”? Será que já foi prometido um pavilhão novo no futuro estádio do Vilanovense que irá ser construído para os lados de Vilar do Paraíso? Ou o pavilhão que está prometido ao Vilarenses é o mesmo do Vilanovense? Isto é apenas um trocadilho, mas compreenderão. Agradecemos ser devidamente esclarecidos, sobre este assunto, já que há elementos do Executivo e Assembleia de Freguesia que tem muitas responsabilidades nos órgãos sociais no Vilanovense Futebol Clube. Muito obrigado pela atenção.

- **Gustavo Leite Gama (PSD):** Antes de mais, queria saudar todos os presentes. Começar por saudar o Presidente da Mesa, Tiago Braga, senhores secretários, o Executivo, o Presidente da Junta, João Paulo Correia, restantes membros da Assembleia e estimado público. Antes de mais queria fazer um ponto prévio. Aqui há pouco foi dito pelo senhor Presidente da Junta, que as atas eram expostas no site da Junta de Freguesia, é um facto, as actas habitualmente estão no site da Junta de Freguesia. O que temos verificado e já vamos para terceira Assembleia de Freguesia consecutiva, em que não temos a atas e desconhecemos a forma da mesma, inclusivamente uma dessas atas é referente a uma Assembleia de Freguesia que foi realizada ainda antes das eleições autárquicas. Portanto queria desde já deixar aqui esta nota. Passados os cumprimentos, queria fazer, acho que seria importante, até



porque não temos ata e seria importante fazer um pequeno resumo daquilo que foi falado na última Assembleia de Freguesia, relativamente às questões colocadas pela bancada parlamentar, em concreto do PSD. Uma delas foi o de ficarmos a saber, que o Presidente de Junta João Paulo Correia, apesar de ter intensão de desenvolver um projeto de um pavilhão em Vilar do Paraíso (a ideia não o entusiasma verdadeiramente), irá assumir esse compromisso uma vez que o atual Presidente da Câmara Eduardo Vitor Rodrigues terá essa intenção. Portanto a obra será realizada como sendo da Câmara, com o patrocínio da Junta de Freguesia, não com grande motivação. Para além disso, ficamos a saber também, que o estacionamento ao contrário do que seria de esperar e ao contrário do que seria senso comum, o estacionamento pago na Freguesia, é muitas das vezes ou maioritariamente pedido pelos próprios moradores. Ficamos inclusivamente com a sensação, de que relativamente à rua Particular Honório Tavares da Costa, irá ser intervencionada através de verbas que foram aprovadas na anterior Assembleia de Freguesia, que provavelmente essas obras para além de serem realizadas nessa via, em seguida serão colocados parcómetros. Portanto, esta que é uma das ruas que ainda não tem parcómetros no centro urbano de Vila Nova de Gaia, também terá esses mesmos parcómetros. Este é um pequeno assunto situacional do que se passou na anterior Assembleia de Freguesia porque nós consideramos um relato importante e extremamente necessário para depois fazermos aqui a transição para o que a seguir vos vou falar. É a questão em concreto da rua Soares dos Reis. Na rua Soares dos Reis, para além da questão de estacionamento, eu queria apontar aqui, dois pontos que considero importantes. Um deles, é perceber que a Câmara Municipal de Gaia fez um grande investimento nesta época natalícia. Efectivamente poderia ter algum cuidado e alguma atenção a partir do próximo ano, no sentido de permitir que aquele espaço de rua desde a rotunda de Santo Ovídio até à própria Junta de Freguesia pudesse ter iluminação de Natal. Iria beneficiar os próprios comerciantes e iria beneficiar acima de tudo o negócio desses mesmos comerciantes. Indo à questão do estacionamento, caso sejam colocados parcómetros, nesse bocado de rua, como se espera, temos essa indicação de que irá acontecer. Caso esses parcómetros sejam colocados, queria saber se este executivo tem alguma medida no sentido de beneficiar os comerciantes? Parece-me uma ideia errada de pensar que os parcómetros irão resolver a questão do



estacionamento para os comerciantes. Queria saber se o Executivo terá alguma ideia nesse sentido, alguma alternativa ou se pelo menos ponderaria uma vez que vai ser colocado estacionamento pago, se de alguma maneira tencionam colocar pelo menos um ou dois lugares pelo menos, para cargas e descargas? Relativamente a esta questão de estacionamento, nós estamos extremamente à vontade para falar sobre ela e já sabemos que provavelmente o argumento que vai ser utilizado é que o contrato feito com a operadora privada vem dos tempos do anterior executivo da municipalidade do Partido Social Democrata. No entanto, consideramos que tendo este Executivo uma nova legitimidade que saiu reforçada nas últimas eleições e que as pessoas eleitas nesta Assembleia, pelo menos de parte do Grupo Parlamentar do PSD, não estiveram presentes nessa negociação, com a operadora privada. Não nos sentimos vinculados à decisão da mesma e portanto espero que de certa forma venha responder às questões às alternativas de estacionamento para os comerciantes e que não se refugie no argumento de que este negócio com a operadora privada foi realizado em tempos de Partido Social Democrata e que inclusivamente qualquer cidadão da nossa freguesia pode constatar, nos últimos quatro anos a densidade de parómetros aumentou, drasticamente e de forma evidente.

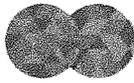
- **Diogo Filipe Prada da Silva (PS)**: Desde já gostaria de saudar todos os portugueses e desejar uns felizes dois mil e dezoito a todos. A Assembleia de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso em reunião ordinária realizada a vinte e oito de dezembro de dois mil e dezassete, aprovou um voto de congratulação, pela eleição do Ministro Português Mário Centeno, como Presidente do Eurogrupo, numa votação realizada em Bruxelas. Mário Centeno torna-se assim no terceiro Presidente na história deste fórum de Ministro da Finanças da Zona Euro, depois do luxemburguês Jean-Claude Juncker e o holandês Jeroen Dijsselboem, assumindo assim as suas funções, em janeiro próximo. Esta eleição, que orgulha Portugal e os portugueses é uma importante vitória na diplomacia portuguesa, mas em simultaneamente o reconhecimento da política orçamental do Ministério tutelado por Mário Centeno, neste caso, próximo Presidente do Eurogrupo, cujos dados divulgados este mês Dezembro revelaram que o défice das administrações públicas, em contas públicas, totalizaram dois mil e noventa e quatro milhões de euros até novembro, menos de dois mil trezentos e vinte e seis milhões de euros do que no mesmo período relativo ao ano de dois mil e dezasseis e que a



impulsão do défice ao longo do ano cumpriu pelo segundo ano consecutivo os objetivos orçamentais estabelecidos no orçamento do estado. O que associado à evolução positiva da receita, permitem a redução da dívida pública em percentagem de PIB-Produto Interno Bruto. Ao mesmo tempo que pretende reforçar o investimento no Serviço Nacional de Saúde e no estrato social.

- **Ricardo Campos (PS)**. Boa noite. Gostaria de deixar aqui um voto de congratulação. A Assembleia de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso, em reunião ordinária realizada a vinte e oito de dezembro de dois mil e dezassete, aprovou um voto de congratulação pela eleição de Eduardo Vitor Rodrigues Presidente da Câmara Municipal de Gaia para Presidente do Concelho Metropolitano do Porto. Ao ser eleito para liderar os destinos do Concelho Metropolitano do Porto, Eduardo Vitor Rodrigues destacou como grandes áreas de atuação a mobilidade, os fundos comunitários, o processo de descentralização para os municípios, a municipalização da Sociedade dos Transportes Colectivos do Porto (STCP) e demais temas relacionados com os transportes e mobilidade para os municípios para a Associação Metropolitana do Porto. Esta eleição orgulha os gaienses, que vêm assim pela primeira vez o seu edil a presidir ao Concelho Metropolitano do Porto. Mas é, igualmente importante para a nossa União de Freguesias, uma vez que os temas de mobilidade e transportes são fundamentais e estratégicos para Mafamude e Vilar do Paraíso. Um bom ano.

- **Miguel Marques de Lemos Rodrigues**: Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhores Membros do Executivo, em especial o Presidente da Junta, caros colegas, membros desta Assembleia de Freguesia, público, minhas senhoras e meus senhores. Foi com gosto, que ouvimos aqui há pouco, o resumo da última Assembleia, porque de facto é importante lembrarmos aquilo que é aqui discutido. E eu relembro também, que a questão de estacionamento, embora não queira estar a tirar tempo ao senhor Presidente da Junta. A renegociação está ser discutida entre a Câmara Municipal e a operadora privada no sentido poder beneficiar o estacionamento para os comerciantes. Portanto esse resumo que há pouco o Gustavo Gama aqui fez (em formato de ata), esqueceu-se também de referir aqui também este facto, eu queria aqui acrescentar essa ata informal, este facto, que julgo ser importante. Mas queria também dizer que se falou de falta de entusiasmo do senhor Presidente da Junta e deste Executivo. Eu hoje tive a oportunidade de consultar o



facebook da Junta de Freguesia e de fazer um ponto de situação sobre o período entre Outubro e Dezembro, porque sendo esta Assembleia de Freguesia a última deste ano civil, julgo que se impõe fazer aqui um ponto de situação. Principalmente para o público aqui presente e também para as pessoas menos atentas, que necessitam dessas atas, fazer aqui um ponto de situação, sobre o trabalho desta Junta de Freguesia. Naturalmente que se impunha fazer o resumo de um ano porque estamos no final do ano civil, mas tendo em conta que tivemos eleições a um de Outubro, julgo que é mais importante do que fazer o levantamento desde o dia um de Janeiro. Eu julgo que podia correr o risco de ultrapassar o tempo estipulado ao Partido Socialista. Eu vou escusar-me a fazer esse levantamento, farei apenas e só a partir de um de Outubro. Também em formato de ata, dizer, que desde Outubro até Dezembro de dois mil e dezassete e até à data de hoje, segundos dados da própria Junta de Freguesia foi realizada a primeira edição do torneio de sueca pelos centros de convívios de Mafamude e Vilar do Paraíso. Foi realizado no Centro de Convívio de Mafamude o Workshop subordinado ao tema “História Local – Jardim Soares dos Reis”. Continuaram a desenvolver a campanha “Alimenta Esperança” através de ações de recolha de alimentos. Eu gostava de saudar o Executivo, porque o faz de forma voluntária através deles próprios elementos do Executivo, mas também voluntários que se juntam a esta campanha. Eu próprio já tive a oportunidade de o fazer no passado. Realizaram o mês comemorativo do Mês do Idoso no Centro de Convívio da Mafamude. Celebração do São Martinho no Centro de Convívio de Vilar do Paraíso. As intervenções de manutenção e conservação na encosta do Parque de São Caetano e no seu Parque de Merendas. A implementação de vinte e oito pinheiros em parceria com a Câmara Municipal, uma clara aposta na sustentabilidade e no ambiente, colocação de realização da obra de prolongamento de passeios e execução da baía de estacionamento da rua D. Dinis em Mafamude, uma obra também em parceria com a Câmara Municipal, em coordenação com a Junta de Freguesia. Colocação de proteções sonoras no troço que atravessa a Freguesia de Mafamude, nomeadamente o túnel em Laborim, pela empresa concessionária da Auto-estrada A1. A realização (e gostava de sublinhar esta realização) desta iniciativa “A escola veio à Junta”. O que levou uma turma do terceiro ano da Escola dos Lagos a visitar a Junta de Freguesia e a ter contacto com o Poder Local e Cidadania. Gostava de reforçar que de facto é uma



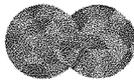
iniciativa interessante, é uma iniciativa importante e faz com que com que futuros quadros deste país comecem desde já a tomar contacto com o Poder Local, com a democracia e em liberdade. A constituição de uma unidade Local de Protecção Civil que votamos na última Assembleia de Freguesia, início da obra de um novo espaço do Mercado de Levante e a reabilitação da rua da Fonte Velha, que julgo que o senhor Presidente irá também explicar aqui os termos desse mesmo negócio. A realização da obra de instalação da rede de águas pluviais da Rua Miguel Oliveira, em Vilar do Paraíso. O calcetar novamente da rua da Montanha em Mafamude. A reabilitação do lavadouro da rua da Rasa em Mafamude. A limpeza envolvente ao Cemitério de Vilar do Paraíso, incluindo o Ribeiro do Paço. A realização da cerimónia da atribuição do prémio ao projeto vencedor do Orçamento Participativo de dois mil e dezassete, que foi apresentado pela Liga dos Amigos do Centro Hospitalar de Gaia. O apoio às instituições sociais no âmbito Natal solidário e as assinaturas de protocolo com os agrupamentos escolares para material de expediente e limpeza das EB1 e Jardins de Infância. A realização das festas de Natal do Centro de Convívio de dia de Mafamude e a Festa de Natal dos Idosos de Vilar do Paraíso. A distribuição da já tão tradicional prenda a todos os alunos, professores e funcionários das escolas do primeiro ciclo e jardins-de-infância da nossa Freguesia. A realização pela primeira vez da Praça de Natal, localizada na renovada Feira de São Martinho em Vilar do Paraíso. A juntar a isto a participação em inúmeros dos eventos realizados pelas escolas, pelas coletividades e por outras instituições da Freguesia, bem como pela Câmara Municipal. Portanto, senhor Presidente, eu gostava de vos dar a vocês, membros do Executivo, e a si, em especial os parabéns pela dinâmica que têm demonstrado nestes poucos meses, deste o início deste mandato e principalmente, dizer que o entusiasmo que têm implementado, neste conjunto importante de iniciativas, grande parte delas, na ação social, que demonstra uma cultura, de uma preocupação social deste Executivo, desta Junta de Freguesia. Realçar de facto este entusiasmo, e dizer que se tiver na implementação do projeto do pavilhão de Vilar do Paraíso o mesmo entusiasmo como nestes últimos tempos nestas atividades que acabei de enunciar, estaremos certamente e brevemente com o pavilhão, para poder usufruir dele. Muito obrigado, senhor Presidente.-----



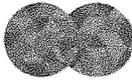


- **Presidente da Junta:** Primeiro queria responder ao senhor representante Ricardo Lopes. É claro que qualquer cidadão e qualquer elemento da Assembleia de Freguesia tem o direito de ter o contrato, não seria de esperar outra coisa, mas eu acho que a sua intervenção pecou enormemente por não ter sido justa. Se o senhor queria falar do Mercado de Levante deveria ter dito aqui: de facto a Junta de Freguesia honrou o seu compromisso e o presidente da comissão honrou a sua palavra, de logo após as eleições arrancar com as obras do Mercado de Levante e com a requalificação da rua Fonte Velha. Eu não me esqueço do que li no facebook, na página do facebook de algumas pessoas (e não foram escrever para o facebook da Junta de Freguesia) dizendo que eu era tão mentiroso como os anteriores presidentes. Neste caso, como Mafamude só teve dois presidentes de Junta desde o 25 de Abril então fui suprimido Presidente da União de Freguesias. Como a Junta de Freguesia de Mafamude só teve dois presidentes, e que só estava a usar esse anúncio por razões eleitorais, não iria cumprir com a minha palavra. Portanto acho que é uma injustiça, até porque se quiser falar do Mercado de Levante e da requalificação da rua Fonte Velha deve fazer justiça que a Junta assumiu o seu compromisso e Presidente da Junta honrou a sua palavra. O Mercado de Levante está concluído, o senhor será convidado para a inauguração de abertura do mercado. Será um grande dia para a Freguesia de Mafamude, que há décadas espera daquele espaço. Aqueles moradores que todas as terças, quintas, sextas e sábados (principalmente aos sábados) têm que ter o mercado nos passeios, irão assistir uma era mais digna mais urbana do mercado dito para o novo espaço.-----

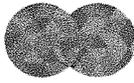
Relativamente à questão colocada pelo senhor Tiago Santos sobre os CTT estou de acordo. De facto, o país vive um momento menos bom, relativamente ao serviço postal da empresa. Eu próprio tenho encetado uma luta contra a administração dos CTT pela degradação do serviço do correio postal. Eu sou de opinião também, como o senhor representante disse há pouco, que a empresa tem apostado tudo no banco postal. O que tem acontecido, relativamente a isso, visto que a Junta de Freguesia tem dois balcões dos CTT e que o balcão de Santo Ovídio é um dos balcões com mais procura na região norte (segundo dados fornecidos pela própria empresa CTT) é uma matéria que nos diz respeito. Como utentes do serviço em nome individual e também no plano institucional. A empresa quando foi privatizada, foi com o contrato de concessão. Esse contrato de concessão, na altura não foi tornado público pelo anterior



Governo. Esse contrato de concessão compreende um conjunto de cláusulas de obrigação do serviço público. Não são inteiramente conhecidas pelo Parlamento, e acontece que, desde o início o grande objectivo dos accionistas da administração que representa a maioria dos accionistas, foi definir e emagrecer os correios CTT começando a engordar e valorizar os correios banco postal. O banco postal é uma empresa do grupo CTT detida a cem por cento pelos CTT. Foi criada após a privatização, com o objetivo de não só provocar uma alavancagem de produtos que no entender da Administração são os produtos da nova era, como também para absorver aqueles produtos e serviços que foram sempre marca CTT. Dou-vos um exemplo: os certificados de aforro. Foram até há bem pouco tempo um produto financeiro e exclusivo dos CTT. Hoje são vendidos no banco postal ou são vendidos em estações dos correios. A diferença entre estações e postos dos correios é: os postos não são dos CTT, são das Juntas de Freguesia e empresas. Estão com subconcessão, estações são aqueles edifícios que são património dos CTT. Portanto os certificados de aforro passaram a ser vendidos no banco postal. Se são vendidos nas estações dos CTT, são por funcionários que estão afetos ao banco postal. Os CTT passaram para o banco postal e estão a passar as melhores estações dos correios, ou seja aquelas que têm melhor localização, aquelas que concorrem com a banca comercial tradicional. Os serviços de Payshop estão a passar todos também para o banco postal. É portanto um serviço prestado pelos CTT, que aproveitam a sua rede e também estão todos a passar para o banco postal, e se, até agora, com este número de trabalhadores, que na verdade é pouco inferior àquele que existia, na altura da privatização, certo é que, o país foi surpreendido á cerca de uma semana com a apresentação por parte da empresa, junto da CMVM, junto dos mercados de capitais e dos accionistas investidores com um plano de transformação operacional. Entre outras coisas procura extinguir, para não ferir susceptibilidades, não vou dizer despedir, vou dizer extinguir, mil postos de trabalho. Mil postos de trabalho podem representar mais do que mil trabalhadores, estamos a falar de mil postos de trabalho, postos de trabalho que podem representar mais que um turno. Podemos estar a falar por mais de mil trabalhadores. É evidente que se o serviço que tem sido prestado até hoje pela administração dos CTT tem vindo a degradar-se de forma continuada. Acho que é da percepção geral, percepção pública e toda a gente dá nota negativa ao serviço que é



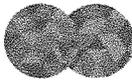
prestado pelos CTT. Para além de tudo do que disse há pouco, os giros dos carteiros estão neste momento a ser entregues a empresas. No norte do país há mais de trezentos giros que já não são feitos pelos carteiros dos CTT, são feitos por empresas de distribuição. Os giros que são feitos pelos carteiros dos CTT hoje obedecem a um percurso muito maior, o que leva a que em muitas localidades, até de áreas urbanas como Vila Nova de Gaia o correio só passe uma vez por semana nos domicílios particulares. É evidente que as pessoas e as empresas têm sido altamente prejudicadas. Todos nós temos sido prejudicados. Pela experiência que temos como utentes dos CTT sabemos concluir rapidamente que os serviços têm-se vindo a degradar continuamente. Acontece que, se com este número de trabalhadores o serviço tem-se vindo a degradar, certo será que, que com menos mil postos de trabalho o serviço está condenado a uma qualidade ainda mais negativa do que aquela que tem hoje. Portanto eu temo que os CTT sejam ainda um problema para o país nos próximos anos. Irão ser com certeza. Não é possível resgatar a concessão como alguns grupos parlamentares propuseram. Resgatar a concessão significaria que o estado tinha que ter uma estrutura que prestasse de imediato um serviço postal universal, e não o tem. Para além disto, os CTT não só têm sido multados pela ANACON por não cumprirem os carteiros de densidade territorial. Há Concelho onde os CTT já não têm uma estação. Eu recorde que a Caixa Geral de Depósitos foi obrigada no seu plano de reestruturação a manter pelo menos uma agência por Concelho. Os CTT neste momento não têm uma estação por Concelho. Portanto estão a violar uma norma de obrigação de serviço público. A incompetência dos correios tem levado a alguns erros no país, nomeadamente no recenseamento eleitoral. Algumas pessoas de Mafamude e Vilar do Paraíso têm sido vítimas, como muitas outras, se calhar todas as freguesias do país, da incompetência dos CTT. Nós temos vindo a trabalhar com a empresa depois de eu próprio ter denunciado isto na imprensa, do que tem acontecido na nossa Freguesia. A direção da empresa tem corrigido esses erros. Tem acontecido é que em ruas fronteiriças as pessoas (que sempre moraram na Freguesia de Mafamude, numa rua em que parte da rua é da Freguesia de Mafamude outra parte é da Freguesia de Santa Marinha, acontece, aquelas pessoas que sempre moraram em Mafamude e nunca mudaram de residência e até nunca mudaram de quarto) foram tirar o cartão de cidadão. No dia em que se dirigiram à mesa de voto confrontaram-se com o facto de já



nem estarem recenseadas na Freguesia de Mafamude e estarem sim recenseados na Freguesia de Santa Marinha. Aconteceu com algumas pessoas de Vilar do Paraíso em relação a Canelas, porquê? Os CTT por incompetência deram o mesmo código postal a toda a rua, neste caso, o código postal de Santa Marinha. As pessoas que moram em Mafamude, que sempre moraram em Mafamude, que nunca mudaram de casa, sempre moraram naquela casa, uma das pessoas até me disse nunca mudei de quarto, quando vim votar é que me apercebi que tinha mudado de Freguesia. Como é que isto pode acontecer? Porque a unidade da loja de cidadão que atribui a residência no nosso cartão de cidadão e certamente muitos de nós quando tirámos o cartão de cidadão não prestamos atenção à residência que está lá no formulário. O funcionário também não se interessa muito pelo assunto. A base de dados é dos CTT. Vai buscar o código postal que está nessa base de dados e se o código postal da rua, que é uma rua fronteiriça tiver só uma Freguesia, toda a gente daquela rua passa a morar naquela Freguesia. Passa a estar recenseado naquela Freguesia. Isso tem acontecido nas ruas fronteiriças por quase todo o país, portanto obviamente que é uma situação altamente desagradável e pode causar transtornos ainda maiores a muita gente, de toda a ordem. É uma obrigação de serviço público dos CTT que também não está a ser cumprida por incompetência dos CTT, portanto, outro exemplo que leva a temer o pior nos próximos tempos nos CTT. A Junta de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso tem dois contractos com os CTT. Aliás, por má vontade, porque herdei esses contractos. Na altura que assumi a Junta de Freguesia, o balcão dos CTT de Mafamude não vendiam selos nem correios. Na altura, não sei por que razão, ao assinarem o contrato com os CTT não introduziram essa possibilidade de um balcão dos CTT vender selos e envelopes. Era como se uma mercearia não vendesse fruta nem legumes. Portanto o certo é que, nem vendia selos nem envelopes. Nós conseguimos fazer um aditamento ao contrato, para ser permitido possível que o nosso balcão está sediado na Junta de Freguesia passasse a vender. Para além de prestar serviço normal de entrega do correio, passasse a vender selos e também vender envelopes. Nós recebemos uma percentagem, uma comissão, um fim, por cada pessoa que procura o serviço. Posso-vos dizer que hoje chegaram os recibos do último mês, dá uma receita entre mil e duzentos e mil e quinhentos euros por mês nos dois balcões, o de Mafamude e Vilar do Paraíso. Para os dois balcões temos que afetar, no mínimo, três funcionários, sem



falar em qualquer outra despesa que é obrigatória, para manter os balcões abertos. Isto nem dá para os três funcionários, como devem imaginar. Para além disso, nós temos outra receita, que resulta do facto dos CTT obrigarem as juntas de freguesia a comprar os tais selos, os tais envelopes em grandes quantidades, na casa dos milhares de euros. Dão-nos um desconto comercial, nós pagamos a pronto, somos obrigados e dão-nos o desconto comercial, e ganhamos uma pequena margem. Isto tudo somado não chega aos cinquenta por cento dos custos que a Junta tem por dois balcões abertos. Nós mantemos esses balcões abertos por razões de serviço público e não na ótica da relação receita e despesa. Nessa ótica teríamos que encerrar os balcões. Acontece que os CTT para conseguirem eliminar, esmagar o mais possível melhor dizendo a sua componente de custos fixos, ou seja, passando a distribuição de correio (deixando de ser os carteiros da própria empresa) a empresa de distribuição subcontratada, deixando de ter estações e passando o atendimento ao público para os postos das Juntas de Freguesia, das empresas, isto é transformar custos fixos em custos variáveis. Isto é também esmagar as comissões das Juntas de Freguesia. Tem procurado algumas juntas de freguesia, dizendo nós queremos encerrar este posto aqui Freguesia. Vou dar um exemplo: Labruge. O Presidente da Junta fez um protesto público. Recebeu uma carta intimidatória dos CTT a dizer: queremos fechar o balcão, a não ser que os senhores abduquem de toda a comissão. Ou seja, é o orçamento público da Junta de Freguesia de Labruge que tem que suportar toda a operação do balcão dos CTT de Labruge, porque a empresa, faz esta pequena chantagem, uma chantagem feia. Nenhum Presidente da Junta irá fechar um balcão dos correios como é evidente, porque essas pessoas que moram em Labruge, se quiserem ir a um balcão dos correios (se não houver em Labruge) tem de se dirigir ao centro da Cidade com os custos todos que isso representa. Portanto a administração da empresa vem para aqui dizer (disse na cara da Administração e do Presidente, na passada semana, no Parlamento, com toda a frontalidade, e disse no debate **diplomático!**) a empresa com o plano que apresentou vai rebentar com os CTT Correios, com um único propósito de quando chegar ao final do contrato da concessão que é em dois mil e vinte dizer ao estado: nós para continuarmos a apostar no serviço de concessão postal queremos X valor. Se o estado não quiser fique com a empresa CTT Correios que nós ficamos com o banco postal. Ora em dois mil e vinte a empresa CTT Correios passa a não ter funcionários,



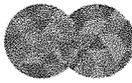
nem tem estações dos correios, nem tem carteios. Portanto é uma golpada que está a ser dada pela administração, agora falta saber se e o contrato de concessão foi assinado pelo anterior governo. A nossa maior suspeita é essa. Não soube acautelar as obrigações de serviço público e inclusive se não soube acautelar (porque na semana passada, foi feita esta pergunta ao Presidente dos CTT: se o contrato de concessão obrigava a empresa a manter um certo número de trabalhadores ou um certo parâmetro de numero de trabalhadores na empresa, ele disse que não), a administração tem total liberdade de gerir os postos de trabalho. Portanto, eu não sou contra as privatizações. Há boa e más privatizações. Também não sou ideologicamente a favor das nacionalizações. Cada caso é um caso, agora não conhecendo o contrato de concessão, porque ele não foi tornado público na altura em que foi privatizada a empresa e se calhar por razões que hoje estamos todos a descobrir, o que é certo e tudo parece esta privatização foi um erro histórico. Nos Estados Unidos da América, (sendo a economia se calhar considerada a mais liberal do mundo) o serviço postal é uma empresa pública. Não é uma empresa privada.-----

O senhor António Pereira falou e colocou a questão do pavilhão do Vilanovense. Escolheu bem o dia. Hoje foi a cerimónia na Câmara Municipal. A Câmara Municipal fez alguns pacotes. Atribui apoios financeiros a instituições de Mafamude e de Vilar do Paraíso, nomeadamente (foi uma das freguesias mais contempladas) uma das instituições foi o Vilanovense Futebol Clube ou Vila Futebol Clube, como quiserem. Assinou um protocolo de quinze mil euros. Esse protocolo visa exactamente o arranjo e a reabilitação daquela estrutura. A opção do clube que me foi transmitida, que tem sido transmitida pelo Presidente, não é o pavilhão é um polidesportivo, é isso que pretende. Quem fez a desmontagem do pavilhão penso que foi (isto é da vida interna do clube não tem a ver com a Junta de Freguesia) o próprio clube que subcontratou a empresa que fez a desmontagem, penso, não tenho a certeza. É uma questão o senhor António Pereira... tem ali uma varanda privilegiada sobre o parque de soares dos reis. Por vezes vejo-o de forma imperial a assistir ao jogos, está ali, está a ver o que estão a fazer, faz a sua vigilância político partidária, e sei que você fala com muita gente lá, é só sair de casa dar dois passos ao lado e fazer as perguntas ao presidente do Vilanovense, certamente ele irá responder. Eu estou a dar a informação que tenho. Informe-me que quem fez a desmontagem daquilo foi uma empresa contratada pelo



próprio clube. A opção do clube não é manter a estrutura do pavilhão, a estrutura estava altamente degradada, representava um perigo público, por isso é que ele foi (acho que até existe um relatório da proteção civil a determinar a desmontagem do pavilhão) aproveitar aquele espaço para um polidesportivo, para uso próprio do clube e também poder alugar a terceiros, para terem ali mais uma fonte de receita, é evidente que para o fazer precise de avançar com uma certa reabilitação. Essa reabilitação custa quinze mil euros e hoje mesmo foi assinado o protocolo entre a Câmara Municipal de Gaia e Vila Futebol Clube. -----

Relativamente à intervenção do senhor Gustavo Gama, a ata da assembleia de freguesia, só uma ata foi feita, foi a primeira, foi aquela em que foi eleita a junta e a mesa da assembleia de freguesia. Na segunda reunião que ocorreu em novembro a competência da elaboração da ata e aprovação da ata é da Assembleia de Freguesia. Quando ela estiver concluída e aprovada por vocês, pela Assembleia de Freguesia, estará publicada no site da Junta de Freguesia. Relativamente ao pavilhão, eu acho que decidi fazer essa intervenção porque lhe pesou na consciência a intervenção que fez na última Assembleia de Freguesia. Nós saímos com a sensação que tínhamos cometido ali uma gafe, porque deixou muitas reservas e desdenhou muito a obra do pavilhão desportivo de Vilar do Paraíso. É assim, da nossa parte e da minha parte escrevi esse compromisso no manifesto eleitoral, porque nós fomos a votos. Demos aos cidadãos a oportunidade de verificar quais eram os nossos compromissos, as nossas prioridades. Portanto, um desses compromissos é precisamente o pavilhão desportivo de Vilar do Paraíso. Ainda antes das eleições, na inauguração da Feira de Vilar do Paraíso o senhor Presidente da Câmara anunciou publicamente (depois da proposta do Presidente da Junta e ouvidos alguns técnicos do município, da área, ele próprio já tinha tomado a decisão de no próximo mandato, que é este) construir um pavilhão desportivo em Vilar do Paraíso e explicou porque razões é que o fez. Porque não só há razões políticas que presidem à decisão, como também há razões técnicas, nomeadamente a área de abrangência que o próprio pavilhão terá em virtude da sua localização, abrangendo populações que neste momento não são servidas por um pavilhão desportivo. Mas eu pensei, quando foi usar a palavra, que vinha dizer que já tinha encontrado o tal projeto que falou na última reunião que era tempo do Dr. Menezes. Sobre esse projecto (tenho falado com pessoas dos quadro da Câmara há



muitos anos e sei que são pessoas que tem um histórico muito grande das infra estruturas desportivas do Concelho) tenho perguntado se alguma vez já ouviram falar do pavilhão desportivo de Vilar do Paraíso, até agora, ninguém me sabe dizer aonde é que ele está. Estava com a esperança, quando falou sobre o assunto, que me dissesse, afinal senhor Presidente encontrei o projeto do pavilhão de Vilar do Paraíso, que era da autoria do Dr. Menezes, do tempo do Dr. Menezes, pensei que ia dizer isso, mas nem projeto houve, não houve projeto e portanto esta Freguesia de Vilar do Paraíso também cansou-se de muitos anos ficar de à espera das obras que nunca saíram do projeto, algumas delas que até ainda estavam nos *outdoors*, aqui na freguesia. Eu compreendo que as pessoas ainda tenham dúvidas, sobre quando se anunciam determinadas obras ou quando se assumem determinados compromissos e por isso, para nós é muito importante honrar o compromisso, como honramos de avançar com a obra do Mercado de Levante e da requalificação da rua da Fonte Velha, que o senhor Ricardo quis louvar há pouco e esqueceu-se de o fazer certamente, da requalificação da Rua da Montanha e também do sistema de águas pluviais da Rua Miguel Oliveira. São obras que são muito importantes para as pessoas que lá moram, são obras que já eram prometidas há muito, não por nós, mas por quem assumiu responsabilidades nas anteriores juntas de freguesia e que certamente são obras que os senhores irão elogiar, como elogiaram na última Assembleia de Freguesia. O pavilhão desportivo de Vilar do Paraíso é um compromisso que se chegará ao termo do mandato com obra inaugurada, dessa forma e para esse fim, nós decidimos que antes de avançarmos o projeto de arquitetura e os projetos de especialidade, seria importante, pela experiência que tenho, avançar com uma comissão. Uma comissão que irá assessorar a Câmara Municipal, sobre algumas questões de ordem territorial e social e sociológica, também, dando à Câmara Municipal algumas orientações, que no nosso entender, são importantes antes de se avançar com o projeto de arquitetura e os projetos de especialidade, para que em dois e dezanove, avancem com o projeto de especialidade, para que em dois mil e vinte seja possível arrancar com a obra do pavilhão. É este o cronograma, é uma obra estruturante para a Freguesia de Vilar do Paraíso. Será um modelo muito parecido com um modelo do pavilhão das Pedras em Mafamude. Será uma obra da Câmara Municipal, porque não há nenhuma junta de freguesia do país que consiga fazer um pavilhão, portanto se o senhor Deputado tinha essa ilusão, não a



tenha, não há nenhuma Junta de Freguesia que tenha um orçamento para fazer um pavilhão desportivo. A obra é sempre da Câmara, como todas as grandes obras que se fazem em todo o território, são todas elas obras da Câmara Municipal, ou assumidas diretamente pela Câmara Municipal ou através de apoios de protocolos de contratos assinados com as Juntas de Freguesia, financiando as Juntas de Freguesia para que as Juntas de Freguesia possam executar essas obras. Do lado da Junta e do Presidente Junta está a responsabilidade em primeiro lugar, erguer todos os compromissos que assumiu na campanha eleitoral. Esse é um deles. Portanto a paternidade do pavilhão é deste Executivo Municipal e deste Executivo da Freguesia. Do nosso lado está a capacidade de convencer a Administração Central e a Câmara Municipal a resolver os problemas, a investir na nossa União de Freguesias, e a pôr de pé, aqueles que são as nossas principais prioridades. Modéstia à parte, se há uma Junta de Freguesia e se há um Presidente de Junta que tem conseguido isso da Câmara Municipal e da Administração Central tem sido esta Junta de Freguesia e tenho sido eu, como Presidente de Junta. Aliás, nós temos dois meses e meio (faz hoje certamente dois meses e meio) após as eleições, depois de um sufrágio eleitoral, que foi altamente esclarecedor, acho que desse ponto de vista é muito fora de tempo, está muito fora de jogo, um discurso tão eleitoralista olhando para aquilo que são os resultados eleitorais. Relativamente aos parcómetros, bom, o senhor representante diz: bem, não podem responsabilizar este PSD, nem a mim, porque nem foi este PSD, nem fui eu, que assinei o contrato com Parque Gil, foi o PSD que estava no poder na Câmara na altura e foram outras responsáveis, outros eleitos do PSD, que estiveram na Câmara na altura, que fizeram o contrato dos parcómetros com a Parque Gil. O PSD é o mesmo, eu acho que o partido é o mesmo, não é um novo PSD, o partido é o mesmo, se tenham vergonha de algumas medidas e de algumas decisões que foram tomadas no passado é um problema que os senhores têm que gerir internamente dentro do partido. Serão sempre responsabilizados (e são responsabilizados, como foram nas últimas eleições, há dois meses e meio, por entre outras coisas) por tomarem decisões ruins para o município como essa do contrato com a empresa Parque Gil. O que os senhores assinaram com a empresa Parque Gil é um contrato perfeitamente leonino, que confere à empresa poder total para fazer os reequilíbrios que entenderem. A Câmara Municipal, não pode impor à Parque Gil nenhuma situação que apresente a supressão



de lugar de estacionamento ou introduzir um cartão de comerciante que já existe. O senhor não sabia (se sabe, então tem que se expressar melhor, porque da forma como falou, deu a entender a que está ouvir que o senhor não sabia que já existia um cartão de comerciante e que esse cartão de comerciante já está em curso em Mafamude, aliás não fui só eu que não percebi isso, o meu colega que falou há pouco, também percebeu se eu não sabia) que já existia um cartão de comerciante. Esse contrato leonino impede a Câmara Municipal de impor à Parque Gil a supressão de lugares de estacionamento, a não ser que a empresa queira, e a questão é esta, (Gustavo Gama diz a Junta quer colocar), a Junta não quer colocar nada, senhor representante, não sei aonde o Senhor foi buscar essa ideia. O engenheiro António Guterres disse uma vez “ Só uma primeira oportunidade para causar uma boa primeira impressão”. Sinceramente, estou a ficar um bocado desiludido consigo, nem a Junta nunca disse isso, eu nunca disse isso, a Junta nunca fará isso. O que eu disse na última Assembleia de Freguesia é que os parcómetros que estão a ser introduzidos recentemente em algumas ruas de Mafamude têm sido por proposta dos moradores junto da Câmara Municipal. Não é da Junta de Freguesia. Ainda recentemente recebi uma representação dos comerciantes da rua Soares dos Reis, ou melhor, parte da rua Soares dos Reis, da rotunda de Santo Ovídio e em direção à Junta de Freguesia, com essa proposta. Querem parcómetros na rua Soares dos Reis. A Junta de Freguesia disse, quando os recebi, essa não é uma proposta da Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia não faz esse tipo de propostas. Se os senhores quiserem fazer essa proposta, nós servimos como correio de transmissão para a Câmara, e vocês entregam a proposta na Câmara Municipal. Muitos dos problemas que ainda persistem, infelizmente, em algumas ruas de Mafamude com o estacionamento selvático e massivo tem a ver com o facto dos utentes do metro procurarem as ruas onde não há estacionamento pago para apanharem o Metro às sete e meia da manhã oito da manhã e regressarem a partir das cinco, seis da tarde. Isto acontece porquê? Porque quando se construiu a linha do Metro não houve, o mínimo cuidado (eu sei que o senhor vai dizer, não foi este PSD, foi outro PSD, não foi o senhor, foram outros eleitos do PSD, foi o seu partido esteve na Câmara Municipal com o CDS) de acautelar este grave problema para a Freguesia de Mafamude, e depois estranharam os resultados. As pessoas não têm memória curta, nem são injustas. Na altura não só fizeram um



contrato leonino com a Parque Gil, concessionando o Centro urbano de Gaia, como também a linha do Metro que foi construída em Gaia até à Rotunda de Santo Ovídio, não teve um único parque de estacionamento para acomodar os milhares de pessoas, que todos os dias inundam as ruas de Mafamude. Não são de Mafamude, mas estragam as ruas, estragam os passeios, também frequentam os jardins, e degradam os jardins e tudo tem que ser suportado pelo Orçamento da Junta de Freguesia e que param os seus carros ali para apanharem a linha do Metro. Os senhores não foram capazes disso, como também não foram capazes de elogiar aqui a medida que a Câmara Municipal de Gaia anunciou há uma ou duas semanas. Construir um parque de estacionamento nas traseiras da estação de D. João II. Irá absorver cerca de novecentos estacionamentos diários para os utentes do Metro. Vai aliviar a operação que é feita em muitas ruas de Mafamude e a única solução que os moradores da rua António Rodrigues da Rocha, da rua D. Pedro V, da Praceta Colégio de Gaia e outras ruas e estes movimentos são quase semanais. Querem sair de casa e não conseguem porque a rua está inundada de veículos, porque quando chegam a casa (há famílias com mais de uma carro) não têm onde estacionar o carro. A única saída que as pessoas têm e bem, é introduzir parcómetros. Os moradores com parcómetros pagam quinze euros por ano e estacionam o carro na rua e os comerciantes hoje têm um cartão que lhes permite pagar cento e tal euros por ano, são cento e vinte euros por ano e estacionar o carro na própria rua ou em ruas adjacentes. A rua Marquês Sá da Bandeira por exemplo passará a ser a Praceta Colégio de Gaia, isto foi a resposta possível que a Parque Gil consentiu, o cartão de comerciante, foi um compromisso nosso, do meu manifesto eleitoral em 2013 e do senhor Presidente da Câmara em 2013. Está lá no nosso manifesto eleitoral, foi um compromisso que nós assumimos com os comerciantes de Mafamude. Criar o cartão de comerciante da Freguesia de Mafamude. Só foi possível introduzir esse cartão (e a Parque Gil só aceitou o cartão de comerciante) porque foram colocados parcómetros noutras ruas a pedido dos moradores. Infelizmente as pessoas de muitas ruas continuam a ser massacradas, porque há medida que os parcómetros são introduzidos, os automobilistas, os utentes do Metro, procuram outras ruas e portanto isto é tipo mancha de óleo que se vai alastrando para o exterior. Vão massacrando outras ruas e a tendência é esta, nunca é a Junta de Freguesia, são os moradores da Freguesia que fazem os abaixo assinados e



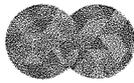


os comerciantes e pedem à Câmara Municipal a introdução de parcómetros nos seus arruamentos. Relativamente à rua Soares dos Reis aos locais de carga e descarga, pois bem, outro problema. Uma das grandes polémicas que houve na altura com a requalificação da rua Soares dos Reis (segundo o abaixo-assinado que está na Junta de Freguesia, um dia posso lhe dar uma cópia que é de dois mil e seis ou dois mil e sete, um abaixo-assinado de dois mil e onze de comerciantes da Rua Soares dos Reis) a protestarem por não terem sido ouvidos na altura da requalificação da rua Soares dos Reis porque a Câmara Municipal não foi capaz de acautelar a linha do metro como parque de estacionamento. A protestar pela ausência de locais de carga e descarga e a protestar com a fraca sinalização na Rotunda de Santo Ovídio. Pois bem, nos últimos quatro anos, só na rotunda de Santo Ovídio foi possível fazer o seguinte: introduzir quatro locais de carga e descarga, na rua Soares dos Reis entre a rotunda de Santo Ovídio e o largo Estevão Torres, dois de cada lado, foi possível pegar na paragem de autocarro (que era uma coisa simples de fazer mas que provocava um trânsito medonho na Rotunda e que nenhuma mente iluminada que por lá passasse e se interessasse por aquilo, que ali na Agencia do Montepio, quem desce a Avenida do lado direito antes de chegar ao Mercado de Levante, numa agência do montepio, o abrigo de passageiros foi deslocada, porquê, porque estava na ponto do funil e como o autocarro parava no abrigo de passageiros, os carros não podiam ultrapassar e tinham que parar todos atrás do autocarro). O que nós fizemos foi uma coisa simples, eu pedi ao senhor Vice Presidente da Câmara que dar uma volta comigo na rotunda de Santo Ovídio e rua Soares dos Reis, demos uma volta e tiramos cinco ou seis melhorias a fazer e essas cinco ou seis melhorias a foram executadas e os comerciantes sabem, e portanto foi esse abrigo de passageiros que foi recuado, terminamos com grande parte do trânsito na rotunda de Santo Ovídio, quem desce a avenida. Vão ser criados agora outros lugares de carga e descarga, entre a rotunda de Santo Ovídio e a Junta de Freguesia. Foi introduzida os semáforos no acesso à rotunda de Santo Ovídio, quem sobe a avenida da República. Nestes quatro anos, com medidas, que comparando com as obras que foram feitas representam muito pouco, representa um investimento muito curto, mas diz bem do grau de interesse que existe por parte dos eleitos da Câmara e da Junta de Freguesia em resolver os problemas que de facto, afetam aqueles comerciantes que lá estão e até os utentes do Metro. Temos outro problema,



quem vai à Junta de Freguesia de Mafamude, vê-se com muita dificuldade para estacionar. Um problema grave, que temos, nós não temos solução, os terrenos à volta são todos privados como sabem, o único terreno público é onde está a Junta de Freguesia e portanto (isso é que não entendo) quem estava na Junta de Freguesia na altura, o senhor Pereira estava lá, não conseguiram antecipar que seria um inferno para qualquer cidadão deslocar-se à Junta de Freguesia durante o dia. Aquilo é o caos todos os dias e não dá para melhorar, é uma proposta dos comerciantes, a única saída que temos é depois da construção do parque de estacionamento nas traseiras da estação de D. João II, depois do loteamento urbanístico que será construído, onde estamos a fazer o Mercado de Levante naquele terreno todo, e depois da extensão da linha do Metro, ou seja, quando o terminal do Metro deixar de ser a Rotunda de Santo Ovídio e passar a ser em Vila D'Este ou Hospital, mais o Hospital do que propriamente para Vila D'Este, aí sim, nós viveremos tempos mais sossegados. Atualmente o grande problema que as pessoas enfrentam (as que residem ali no Cedro, na zona da Rua Dom Dinis, Rua Conceição Fernandes, rua Coats e Clark, até aquelas ruas adjacentes da Rua da Montanha, Rua da Ramadinha, essas ruas todas) é precisamente o estacionamento dos utentes da linha do Metro.-----

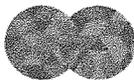
Relativamente às questões colocadas pelo senhor representante Miguel Lemos, na verdade a Junta de Freguesia em dois meses e meio marcou uma atividade intensa em várias áreas, com destaque para as suas prioridades, que são a Ação Social e as escolas e continuará a ser a prioridade da Junta no Orçamento para 2018. De facto algumas iniciativas são simbólicas, como é iniciativa de proximidade entre as escolas e a própria Junta de Freguesia. Este ano o número de escolas que pediu a presença da Junta e do Presidente da Junta, em ações de interação com as crianças, tem sido enorme e vai continuar, começou em novembro, passou para dezembro e agora vai passar para Janeiro. Portanto, tem muito a ver com a sintonia que existe e a respeitabilidade em relação àquilo que é o trabalho que tem sido feito pela Junta de Freguesia, de forma coordenada, interessada com todas as escolas e com todos os jardins-de-infância e essas relações são construídas com muito trabalho, como sabe o senhor representante que foi Tesoureiro no anterior mandato da Junta de Freguesia, com muita proximidade e com muito apoio e são pontos que depois são muito frutíferas, do ponto de visto da



interação e das sinergias que são criadas pelas duas instituições, as escolas e a Junta de Freguesia.

- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, senhor Presidente. Aceita inscrição para pedidos de esclarecimentos, senhor Ricardo Lopes, senhor Gustavo Gama,

- **José Ricardo Dias Lopes (CDS/PP):** Aproveito só para deixar aqui alguns esclarecimentos. Em momento algum questiono o facto de estar a ser construído o Mercado de Levante, aliás de salutar e é desejável por todos os eleitores, que o programa que foi eleito, em sufrágio, no passado dia um de outubro, seja cumprido, por isso partindo do princípio que o Mercado de Levante estava previsto, em nenhum pensamento considero que ele não fosse executado. Aquilo que eu considero e é, essa parte que pretendo ver esclarecida e que a informação que vai ser veiculada de forma não oficial é que o terreno onde está a ser instalado o Mercado de Levante, é um terreno de um particular e como tal, estando a ser investido cerca de 60 mil euros, que foi isso que aprovado, na rectificação do Plano e Orçamento, na anterior Assembleia de Freguesia, estando a ser investidos cerca de 60 mil euros de dinheiros da Junta de Freguesia. Pretendo saber, e é do interesse, neste caso pessoal, mas é do interesse coletivo, sendo eu também um membro de uma entidade fiscalizadora, que é a Assembleia de Freguesia, pretendo saber, qual o modelo do protocolo e o que é que consta no protocolo, se Junta vai ter acesso ao terreno durante dez anos, vinte e cinco anos, cinquenta anos ou se "*ad eternum*", se simplesmente o proprietário no dia seguinte quiser lá construir, terá todo o direito de o fazer, naturalmente. São essas cláusulas que se pretende saber e tomar conhecimento e naturalmente salvaguardar o futuro de qualquer membro da assembleia, ser questionado em relação a isso naturalmente também do Executivo, mas o Executivo é desejável que já o tenha feito e salvaguardado previamente, muito antes até de apresentar aqui a proposta. Eu recordava, senhor Presidente e já que falou no parque de estacionamento que está previsto para a da estação de D. João II, aqui no interface, está previsto desde o início da planificação da extensão do Metro em Gaia, o interface na estação D. João II, vá-se lá saber porquê, mas por motivos completamente alheios a nós e a todos nós, envolvidos, que todos os dias lá passamos, o interface nunca avançou o parque



estacionamento nunca avançou, entretanto foram sendo veiculadas algumas informações de diversas origens, o que é certo, é que o parque de estacionamento nunca aconteceu, continua vedado e felizmente as coisas parece vão mudar. Em relação ao que o senhor Presidente referia na rotunda de Santo Ovídio, em relação aos lugares de cargas e descargas de passageiros, assim como bens e os semáforos da Rotunda, eu recorro que sensivelmente há uns seis anos, tinha levado o assunto à Assembleia Municipal, dizendo que o que se passava na rotunda de Santo Ovídio e na avenida da República era um caso muito grave de segurança e que o mesmo necessitava de uma revisão. Revisão essa que numa solução imediata, poderia passar pelos semáforos que entretanto e ainda bem que na altura estava presente o atual senhor Vice Presidente da Câmara Municipal, ainda bem que tirou notas. Fico contente em saber que hoje existem algumas soluções de segurança, nomeadamente a questão dos semáforos e a questão de revisão da localização das paragens do autocarros, que vieram aqui trazer novidades boas, para todos que, todos os dias frequentam a rotunda de Santo Ovídio e os acessos à avenida ou seja, são situações que já existiam e ainda bem que foram aplicadas e foi adaptado, as ideias transmitidas, na altura, o Senhor Presidente da Junta estava na Assembleia Municipal quando este assunto foi lá debatido. Ficam os esclarecimentos, obrigado.-----

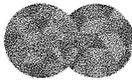
- **Gustavo Leite Gama (PSD):** Ora bem. Vou tentar ser o mais telegráfico possível, mas tenho aqui tanta coisa para responder. Vou tentar ser o mais simples possível. Fico contente por saber que o Presidente da Junta se recorda da questão da ata e da questão de se ter falado que já haveria um projeto para o pavilhão de Vilar do Paraíso. Efectivamente, mantenho aquilo que disse. Tentei fazer a investigação sobre a questão, só que efectivamente e curiosamente, vem no sentido naquilo que aqui se tem falado na Assembleia de Freguesia, não consegui encontrar essa mesma ata. Há uma ata, como o senhor Presidente da Junta disse que efectivamente refere (na altura que Executivo estava anteriormente em Vilar do Paraíso) essa possibilidade do pavilhão de Vilar do Paraíso e portanto isso foi discutido numa Assembleia de Freguesia. Ainda referindo a questão da importância das atas respondendo ali ao meu caro Miguel Lemos. Se as atas são assim tão fáceis de realizar, não entendo então o porquê de quatro meses de espera com essa ata da Assembleia de Freguesia, que foi anterior às eleições autárquicas? Ainda porque a legitimidade da mesma está colocada



completamente em causa. Isto porquê? Porque as pessoas que estavam presentes nessa Assembleia de Freguesia neste momento já não fazem parte do actual figurino. Relativamente à questão do Mercado e dando ali uma achega aquilo que o Ricardo disse. Obviamente que é extremamente meritório o facto de cumprir as suas promessas eleitorais. Essas mesmas promessas eleitorais a serem cumpridas não são para contentamento do grupo parlamentar do PSD ou do CDS/PP. São para contentamento de todos os fregueses. Acima de tudo e é isso que qui nós procuramos nesta Assembleia de Freguesia é defender os reais interesses e os superiores interesses dos fregueses, tanto dos Mafamudenses como dos Vilarenses. Por isso lhe disse na tomada de posse que poderia contar sempre connosco no sentido de ajudar este Executivo na procura das melhores soluções. Agora, quando se escusa, não, quando se defende na questão de ter o seu mandato reforçado, efectivamente é um facto. Eu fui o primeiro a reconhecê-lo na tomada de posse, agora também lhe disse e recordo-lhe que acima de tudo temos que perceber que foi reforçado esse mandato eleitoral, o que implica que a exigência que os cidadãos têm para consigo é muito maior e portanto acho que lhe fica bem responder àquilo que lhe é perguntado nesta Assembleia de Freguesia. Seja pelo público. Seja pelos grupos parlamentares. Porque isso aí irá engrandecer a sua posição enquanto Presidente de Junta. Irá engrandecer acima de tudo o orgulho que todos aqui temos pela nossa Junta de Freguesia. Relativamente ao Mercado mais uma achega. Como sabe e não foi isso que nós dissemos na anterior Assembleia de Freguesia. Nós não somos contra o Mercado de Levante. O Mercado de Levante foi a solução apresentada por este Executivo, obviamente por proposta e feita essa promessa (e como lhe digo é meritório) que seja cumprida. Fez a promessa do Mercado de Levante, vai cumpri-la e muito bem, agora como sabe (e acho que também poderia ter referido isso, ficava-lhe bem, como sabe, nós não somos contra esta solução) nós tínhamos uma alternativa que a expusemos em devido tempo, nomeadamente em campanha eleitoral. Sabe perfeitamente qual era essa alternativa. Relembro também isto a propósito de promessas eleitorais. Como lhe digo, espero que as cumpra todas, para bem de todos os fregueses. Quero recordar-lhe também que há quatro anos por exemplo, fez uma promessa aqui em Vilar do Paraíso. Iria realizar. Que iria realizar não, que iria fazer uma praia fluvial. Isso também podia comentar, porque isso está no seu manifesto eleitoral de há quatro



anos. Obviamente penso que é desnecessário estar a referir estes factos, assim como também é desnecessário estar aqui a dar em nome pessoal referir o porquê de ser Social-democrata e ter convicções sociais-democratas. Obviamente que penso ser o seu caso. Certamente que apesar de ser do PS e ser Vice-presidente da bancada Parlamentar na Assembleia da República, não corrobora com muitos dos casos que têm sido veiculados na comunicação social, relativamente a anteriores executivos vidrados pelo Partido Socialista. Relativamente à questão do estacionamento, e vou ter de recuar outra vez a essa questão do estacionamento para comerciantes. Dizer que eu não sabia que haveria o dístico para os comerciantes fica-lhe mal. Durante a campanha eleitoral muitos foram os comerciantes (e estão aqui provas, muitas dessas pessoas que me acompanharem durante a campanha) que mostraram a sua insatisfação relativamente ao estacionamento para esses mesmos comerciantes quando me referia à Rua Soares dos Reis. Como é óbvio, disse-o muito bem. Não é por isso que estou a falar diretamente na questão. Espero que não me leve a mal este esclarecimento, mas efectivamente referia-me à Rua Soares dos Reis, desde a Rotunda de Santo Ovídio até à Junta de Freguesia. Inclusivamente também falei no assunto da iluminação. A esse ponto não me respondeu. Curiosamente após a anterior Assembleia de Freguesia (eu penso que dois ou três dias antes) foi colocado este papel que depois poderei fornecer ao Executivo. Foi colocado este papel junto às Galerias e ao comércio existente ali na Junta de Freguesia, nessa Rua Soares dos Reis. Portanto, isto é público, qualquer pessoa podia ter acesso. Quando diz que reuniu com os comerciantes, eu acho estranho, porque foi um comerciante que me cedeu esta mensagem no sentido de lhe perguntar diretamente na Assembleia de Freguesia, o porquê deste mesmo papel. Ou seja (presidente da junta diz: este papel não é da Junta), este papel é endereçado ao Presidente da Junta de Mafamude Dr. João Paulo Correia. Fico contente em saber que afinal conhecia o papel (Presidente da Junta diz: não conheço, não conheço, eu sei aquilo que faço, portanto como não fiz nenhum o papel, sei que não é da Junta), mas sabe que existe o papel (presidente da Junta: sei que existe, porque está aqui a lê-lo, eu estou a agir com lógica matemática, como há pouco teve dificuldade em expressar-se, não quero que deixe aqui um entendimento que não seja o mais correto quanto ao documento que está a ler, da forma como estava a expressar-se estava a dar entender que ele era um documento da Junta de Freguesia.



Não é). Eu disse que era um documento endereçado ao Presidente da Junta de Freguesia João Paulo Correia, assinado pela Senhora Manuela Brandão. Assinado por uma pessoa unipessoal. Não foram os comerciantes. Foi uma pessoa particular, não sei se estará presente, nem se não. Conforme o combinado através dos nossos SMS do Facebook isto estava portanto publicitado, para que saiba isto não é secreto, era do conhecimento público (venho enviar um pedido para a colocação dos parquímetros a serem colocados no que resta da Rua Soares dos Reis, onde se situa a Junta de Freguesia e o comércio local, o qual está com problemas de estacionamento para os seus clientes em virtude de os automóveis estacionarem desde as sete meia às dezoito horas, fazendo deste local parque de estacionamento. Uma vez que os donos dos mesmos se deslocam depois através do Metro para os seus locais de trabalho. Dada esta situação o comércio local encontra-se em dificuldades devido aos seus clientes não encontrarem um local para estacionamento. Grata pela gentileza Exmo. Senhor Presidente em nos ajudar a resolver este grave problema. Quero desde já agradecer e não sendo aborrecida...). Portanto ela fala em nome colectivo, mas assina individualmente. Nós, á pouco ouvimos aqui o Presidente da Junta a (se calhar até era importante) referir-se directamente a esta questão e endereçada à pessoa a possibilidade de fazer este mesmo pedido na Câmara Municipal. O que é facto, isto não é um email. Como ultimamente tem-se falado muito em emails, isto não é um email, isto é o que estava publicitado nas galerias. Penso que fica evidente. Efectivamente o Presidente da Junta concorda com a colocação do parcómetros. Concordando com a colocação dos parcómetros até estava interessado em colaborar na questão. Portanto acho que deve um esclarecimento à Assembleia de Freguesia. Só mais uma achega. Resumindo essa colocação dos parcómetros, (isso é que importante aqui discutir) penso que não deve ser só naquela zona nomeadamente para os comerciantes nem para quem lá vive. Não se pode tomar uma decisão em nome dos comerciantes quando uma pessoa individual está a fazer este pedido que é endereçado a si. Seria importante ouvir os comerciantes e ouvir as pessoas que ali habitam. Estamos a falar de centenas de pessoas e não apenas numa em individual. Concordo consigo, é um facto que há um estacionamento selvagem junto à Junta de Freguesia, que efectivamente se deve resolver, por isso é que estamos aqui a discutir a questão de forma a encontrar soluções para o problema. Obviamente que a solução



não é falarmos do que se fez do contrato com a Parque Gil, (há oito anos atrás ou seis anos atrás, penso que, é o que eu digo mais uma vez). Nós estamos aqui para ajudar. Nunca para complicar. Nem para criticar nada. Nós apresentamos aqui propostas e pedimos esclarecimentos que seriam normais para qualquer cidadão da Freguesia. Para concluir, eu acho que seria importante nesta questão dos parcómetros (vivo em Gaia há trinta anos, sempre vivi no centro de Gaia e portanto acompanhei o desenvolvimento da Avenida da República, eu vivo nas Camélias, acompanhei muito bem o desenvolvimento da Avenida da República e a situação da colocação dos parcómetros, posso-lhe dar um caso muito em concreto, em minha casa temos um dístico para um veículo, que não temos lugar de garagem, fica na rua e muitas das vezes o que é que nos acontece, isto sim, é importante fazer a reflexão do que acontece no dia-a-dia, não é só falar em teoria e divagar à volta do assunto e não responder ao concreto, e não perceber em que medida é que isto afeta os cidadãos e eu por exemplo, sou um dos cidadãos afectados, em que na minha casa um dos carros fica na rua porque tenho um dístico para estar na Rua 14 de outubro ou na Rua das Camélias, que muitas vezes quando retiramos o carro, imagine ao meio da manhã ou ao meio da tarde, quando regressamos não temos lugar para colocar o carro, e perguntamos assim, ora bem, será que colocar os parcómetros foi solução, não me parece, porque independente de tudo, as pessoas vão continuar a usar aquele estacionamento, vão continuar a ser multadas e vai continuar a não haver estacionamento, não só para as pessoas que por ali passam, assim como para as pessoas que ali vivem e que ali têm o seu comércio) estarmos disponíveis para arranjar soluções, portanto casos concretos e situações para o dia-a-dia das pessoas, e nunca penso que virmos para aqui criticar só por criticar. A bancada parlamentar do PSD está disponível para ajudar.

- **Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia:** Muito obrigado, antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Junta, queria dizer só duas coisas. Sobre as atas é da responsabilidade do Presidente da Assembleia de Freguesia. Sobre essa ata em concreto, o Senhor Representante do PSD informado pelo Senhor Presidente da Assembleia (que por acaso sou eu) na última reunião obtive essa informação. Vou ter que começar a ter mais cuidado, porque se há uma coisa que sempre fiz nos últimos quatro anos e agora também o farei. Em matérias associadas ao funcionamento da



Assembleia de Freguesia não sejam objecto de querelas políticas. Em segundo lugar. Sou eu que dou autorização nesta sala. Sou eu que dou autorização para as pessoas falarem, está bem? Sou eu que dou autorização. Toda a gente pode falar, mas sou eu que dou. Aqui não há ninguém que peça autorização ao Presidente ou ao Membro, seja a quem for, sou eu que dou. Quando eu achar que já não é necessário mais esclarecimentos faço o limite da discussão política a esse momento. Era os dois esclarecimentos. Nomeadamente a questão das atas é uma matéria que registo, muito obrigado. Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta.

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** Muito obrigado senhor Presidente. Pois bem. Não há nada como fazer o trabalho de casa para impedir que se lance um falso boato. Tenho aqui o abaixo-assinado subscrito por mais de trinta comerciantes da rua Soares dos Reis, pode ver, pode consultar, tenho aqui o nome das pessoas, algumas delas assinam com o nome do estabelecimento identificado. A senhora Manuela Brandão contactou-me com o desespero como também o Senhor Representante há pouco falou na qualidade de morador. É o mesmo, é parecido. Eu disse que a instalação de parcómetros não é uma responsabilidade da Junta. O que a Junta de Freguesia pode fazer é encaminhar o abaixo-assinado para a Câmara Municipal. Assim fiz, mas, o abaixo-assinado, ao contrário do que o senhor Representante disse, e é falso, tinha sido subscrito só pela senhora que falou (senhor Gustavo Gama diz que o papel está só assinado por uma pessoa). Antes de fazer essa acusação, em vez de afirmar devia questionar. Agora vou ter que o deixar ficar mal. O senhor acusou-me ali de ter defendido a instalação de parcómetros na rua Soares dos Reis e de ter seguido um pedido de uma só pessoa. O pedido está aqui subscrito por mais de trinta comerciantes. É mentira o que disse. Toda a gente pode consultar. Está aqui subscrito por mais de trinta comerciantes. A Junta de Freguesia encaminhou o abaixo-assinado para a Câmara Municipal. O procedimento da Junta de Freguesia em todos estes casos é encaminhar para a Câmara Municipal (porque é a Câmara Municipal que é a contra parte do contrato, o senhor recusa a paternidade, mas na verdade não é filho de pai incógnito, o contrato, tem um pai que é a Câmara Municipal de Gaia, do tempo do Dr. Menezes e a mãe é a Parque Gil). Portanto para que exista uma alteração ao contrato, há reequilíbrios financeiros. Os reequilíbrios financeiros custam muito dinheiro senhor Representante. O senhor representante diz: bem esse contrato (o discurso oficial é



este: as pessoas não são parvas. O discurso oficial é: não foi este PSD, nem foram estes eleitos, foi outro PSD) foi com outros eleitos e agora o que interessa é resolver o assunto. Para resolver o assunto é preciso rever o contrato. O contrato não é filho de pai incógnito. Tem responsáveis. É um contrato (como disse à pouco) leonino. A contra parte, neste caso a Parque Gil, tem todo o poder estabelecido no contrato para aceitar os reequilíbrios que entender. Quando não aceitar os reequilíbrios que a Câmara propõe apresenta um orçamento à Câmara Municipal para passar o cheque, para pagar esses reequilíbrios. Portanto o cheque não é baixo. Não é de valor reduzido. Não há outra forma de resolver o problema, não há outra forma. Se o senhor encontrar a forma, passem a escrito. Não basta dizer o que passou, passou, o que interessa agora é resolver o problema. Então digam como. A forma é encontrar pequenas soluções, como nós encontramos neste mandato, com o cartão de comerciante. Está a ter a adesão há medida que o tempo vai passando, de mais comerciantes. Só que também temos outro problema. Na esmagadora maioria das ruas onde há parómetros o número de lugares é inferior ao número de moradores e ao número de comerciantes. Matematicamente o senhor Representante não consegue resolver o problema dos moradores e dos comerciantes, de todos os moradores e de todos os comerciantes, de todas as ruas. Matematicamente é impossível fazer isso. Tem que recorrer a alguma criatividade. Daí que o cartão de comerciante para alguns comerciantes de determinadas ruas não lhes permite estacionar o carro na rua onde têm a loja. Se o fizer já não tem lugar para os moradores. Ou tapa a cabeça, ou tapa os pés. Não se consegue tapar a cabeça e os pés ao mesmo tempo. O cartão de comerciante permite o estacionamento nas ruas adjacentes. Dou-lhe o exemplo: na rua Marquês Sá da Bandeira, na praça Colégio de Gaia e rua D. Pedro V agora é impossível fugir do contrato, porque é o contrato que preside ao problema todo. Portanto aquilo que aflige os moradores e os comerciantes é encontrar uma solução. Aquela que os senhores encontraram, lançou o caos. O que tem acontecido até hoje é uma responsabilidade do contrato que é da vossa responsabilidade. Portanto as pessoas têm que encontrar uma solução. Noutras ruas por exemplo (eu recorde-me de duas ou três ruas) posso dizer que a instalação dos parómetros a pedidos dos moradores resultou. Outras nem tanto. Por razões que eu sei explicar. É uma rua muito mais central do que as outras que eu conheço, mas entretanto reconheço que resultou, a



instalação de parcómetros. Mesmo assim o cartão de comerciante só foi possível implementar porque a Parque Gil aceitou. Aceitou porque tem instalado mais parcómetros para além daqueles que estavam no contrato. Esses parcómetros são instalados a pedido dos moradores. Que fique claro senhor Representante, está aqui o abaixo-assinado subscrito (eu disse trinta, eu contei mais de trinta, mas provavelmente alguns, são nomes de cafés um ou outro e portanto eu não quero estar a exagerar, estão aqui trinta, acho que trinta é muito mais que um e acho que trinta) já não é uma vontade pessoal do Presidente da Junta. Portanto quanto a isso estamos esclarecidos. (o senhor Gustavo Gama solicita ao presidente cópia do abaixo assinado referido). Aliás o senhor representante até pode pedir uma cópia como representante da assembleia, e eu cedo-lhe, não tenho problema nenhum. O que estou aqui a dizer é aquilo que está aqui. Eu podia estar a dizer, podia estar a ocultar esta informação e podia estar aqui a dizer que o senhor está a mentir. O abaixo-assinado é de trinta e tal e eu sabia (Gustavo Gama: por isso é que eu lhe pedi o esclarecimento). O senhor não pediu, o senhor afirmou. Eu podia estar aqui calado, não mostrar o abaixo-assinado e dizer que era subscrito por mais de trinta. Fiz questão de lhe mostrar (porque sei que também está a dar os primeiros passos aqui na Assembleia de Freguesia, e por vezes as coisas não são como vão correr) que da próxima vez terá mais cuidado ao fazer estas afirmações. Isto é chato, ser desmentido desta forma, como foi. Relativamente à iluminação da rua Soares dos Reis. Na verdade, da Rotunda para a Junta não havia iluminação de Natal, tem razão, no próximo ano vamos sensibilizar a Câmara. Vamos tentar que a Câmara estenda a iluminação de Natal até à porta Junta de Freguesia. Não é por causa da Junta, mas sim por causa do comércio. É uma observação pertinente. Estamos de acordo. Relativamente à postura da Junta e do Presidente da Junta. Eu tive sempre esta postura no mandato anterior. Sempre falei muito a sério nas assembleias de Freguesia. Faltei uma ou duas, por doença. Reuniões públicas que foram cinquenta e tal, faltei uma ou duas por coincidir com cerimónias públicas e importantes para a Freguesia. Nunca faltei a nenhuma das cem reuniões de Junta. Eu levo isto muito a sério. Esta é a postura habitual nas mil audiências que fiz em quatro anos e essa é a minha postura, frontal e político. Políticos, somos todos nós que aqui estamos. Relativamente às questões do senhor Representante Ricardo Lopes. Aquilo que é bem feito (foi isto que eu percebi na sua intervenção, ou seja o estacionamento



já estava previsto, os locais de carga e descarga também estava previsto, o que é bem feito) estava previsto. Já estava previsto. Os senhores lançaram as sementes, mas na verdade isto nunca foi feito...Foi feito por este Executivo, anterior Executivo, pelos eleitos do PS. Quer da Câmara, quer da Junta. Portanto da forma como o diz: bem o interface já estava previsto. Estive 12 anos na Assembleia Municipal de Gaia. Raras vezes falhei às reuniões da Assembleia Municipal. Não me recordo de ouvir falar sobre este interface neste local. Este local era particular. Este contrato era particular. Foi necessário convencer o particular. Por isso é que nós só anunciamos o parque de estacionamento nas traseiras da estação de D. João II. Tivemos até o cuidado de localizar o parque de estacionamento. Não foi um compromisso ou um anúncio assim um bocado subjetivo, um interface de apoio à linha do Metro na Avenida da República, nós anunciamos um parque de estacionamento nas traseiras da estação de D. João II. Foi esse o nosso compromisso. Já havia um trabalho de sensibilização junto do proprietário do terreno. Sabíamos que estava a um passo de ser *bem sucedido*. Assim como o foi. O senhor Presidente da Câmara quando “fechou o negócio” anunciou-o publicamente. Basta ir à página da Junta de Freguesia ver essa publicação. Nós sabemos o número de pessoas que visitou lá o anúncio. São milhares. Quase sete mil pessoas que já visitaram o anúncio. O interesse é um interesse geral. É uma obra que será muito útil a muitos mafamudenses, os que vão lá estacionar, aqueles que ficam com as ruas mais libertas. A questão do Mercado de Levante. Na última Assembleia de Freguesia, tive o cuidado de dar o máximo de informações e fui explicativo. É evidente que a Junta tem um contrato assinado com a família do proprietário do terreno, que cedeu parte do terreno para aquele fim, mas também lhe posso dizer que aquilo quando estiver com a licença de loteamento, parte vai ficar para o domínio público. O Mercado de Levante (não posso ter a certeza absoluta, porque é uma decisão da Câmara Municipal, mas estou certo que assim será) ficará ali por muitas décadas.

Senhor Miguel Lemos solicita um pedido de esclarecimento.

- **Miguel Marques de Lemos Rodrigues:** Senhor Presidente da Assembleia, peço desculpa por ter usado esta figura regimental, confesso que não sei o regimento de cor e portanto foi a oportunidade de lhe pedir licença para falar. E só para dizer o seguinte, relativamente a esta questão, enquanto estava a ouvir as explicações do senhor



Presidente da Junta e porque enfim, de hoje em dia para além de papéis espetados nas paredes, também há o Google. Bastou-me colocar as palavras Parque Gil Câmara Municipal de Gaia para dar acesso ao *site* da Câmara Municipal. Há uma área designada por “mais transparência” e depois uma subárea “estacionamento”. Faz o esclarecimento total relativamente ao negócio entre a Câmara Municipal e a Parque Gil e inclusive tem, aqui alguns documentos, que podem ser consultados, que podem ser feitos downloads. Um deles, um esclarecimento, que diz o seguinte: Em 22/12/2008 foi celebrado com a Esli Parques de Estacionamento, SA um contrato de concessão de exploração de lugares de estacionamento pago na via pública, por vinte anos e pagamento de uma renda anual equivalente a 10,00 € por ano por lugar de estacionamento até ao dia 31 e março de cada ano. Tendo pago, no ato da escritura, a quantia de 16.640,00 €, eu julgo, que esta matéria inclusive, até já foi aqui dada pelo senhor Presidente da Junta, inclusive ironizando pelo valor pago pelo parque de estacionamento. O senhor Presidente da Assembleia há pouco, fez o favor de responder que as atas não são responsabilidade dos membros da Assembleia, nomeadamente de mim próprio. Queria aqui esclarecer esta questão e aproveitar a convidar o Gustavo e todos os presentes a consultar o *site* da Câmara Municipal de Gaia, na secção “mais transparência” e depois para além de outras coisas também tem lá o estacionamento. Mas tem outras coisas. Tem também a Cimpor, a VL9, enfim uma série de documentos que a gente se pode entreter até a 15 de janeiro, a ler, para mais uma Assembleia de Freguesia. Muito obrigado.

- **Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia:** julgo que neste momento estão reunidas as condições para procedermos à votação. Antes da votação, são onze e cinco (alguém diz: não distribuíram nada), era isso que que ia dizer. Pedindo desculpa à Elsa pelo incumprimento do Regimento, na hora em que está regimentalmente esta questão, como é uma missiva do Presidente da Assembleia, a matéria em si, é suficientemente importante, para que, claramente sejam extravasados aqui todos os tempos. Vamos fazer um intervalo de dez minutos. Entretanto vamos tirar as cópias para serem distribuídas. São onze e cinco às onze e um quarto voltamos para a sessão, para procedermos às deliberações que temos de fazer.



- **Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia:** Muito obrigado, vamos retomar a ordem dos trabalhos e vamos proceder de imediato à votação, as propostas estão em cima da mesa. O primeiro dos documentos a serem colocados à votação é um voto de saudação aos trabalhadores em greve dos CTT, apresentado pelo Bloco de Esquerda e deu entrada na mesa como documento número 12 (ver doc. anexo). O documento é aprovado com os votos favoráveis do Bloco de Esquerda e da CDU e a abstenção do Partido Socialista, do PSD e do CDS/PP. O segundo documento número 14 (ver doc. anexo), a ser colocado à votação é um voto de congratulação apresentado pelo PS, pela eleição do Ministro das Finanças Português, Mário Centeno, como Presidente do Eurogrupo. O voto de congratulação é aprovado com os votos do PS, com a abstenção da CDU e do BE, e os votos contra do PSD e do CDS/PP. O seguinte voto de congratulação é o documento número 15 (ver doc. anexo), apresentada pelo PS, pela eleição do Presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia, Eduardo Vitor Rodrigues, para Presidente do Conselho Metropolitano do Porto. O voto de congratulação do PS foi aprovado com maioria, dos votos do PS e do BE e a abstenção da CDU, do CDS/PP e do PSD.

Obrigado, dávamos de imediato, a continuação dos trabalhos, para o seguinte ponto da ordem de trabalhos, agora entrando sim, na ordem de trabalhos para a Discussão e Votação da proposta da alteração do Manual de Normas de Controlo Interno e o seguinte: Discussão e votação da proposta de alteração do Regulamento da Feira de Vilar do Paraíso. Convidava o senhor Presidente da Junta, a apresentar, caso o pretenda fazer, os documentos em simultâneo. Depois procederíamos à discussão e votação.

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** em primeiro lugar para relembrar. Nós pedimos ao Senhor Presidente que fosse distribuída aos membros da Assembleia o regulamento interno do Centro de Convívio de Vilar do Paraíso, que foi aprovado em reunião de Junta, que será publicado no *site* da Junta de Freguesia, mas para que seja do conhecimento dos membros da Assembleia de Freguesia. Claro, é um Regulamento Interno, não tem eficácia interna, não tem que ser aprovado pela Assembleia de Freguesia, tem que ser aprovado na Assembleia de Junta, foi aprovado, já está em vigor. Para os membros da Assembleia de Freguesia terem conhecimento foi



distribuída a documentação. Relativamente aos dois documentos que estão aqui e que fazem parte da ordem de trabalhos: o manual das normas de controlo interno sofre poucas alterações em relação ao que está em vigor. Este é um documento muito importante porque acaba de congregar um conjunto de legislação que define as regras da organização das competências da Junta de Freguesia. A legislação que define as regras da gestão de tesouraria, da gestão orçamental, da gestão do fundo de maneiio, e também da organização dos serviços e da organização dos Pelouros da Junta de Freguesia. Um documento que é obrigatório, que nos adoptámos até na esteira das recomendações que o Tribunal de Contas fez, após as auditorias feitas às anteriores juntas de Freguesia, aprovamo-lo na Assembleia de Freguesia é um documento mais técnico do que político. Acaba de agregar as competências da Junta de Freguesia e toda a legislação que é aplicável às Juntas de Freguesia num documento único, que tem que ser cumprido pelos elementos da Junta de Freguesia. Tem que ser cumprido pelos funcionários e também ser fiscalizado e seguidos por todos representantes da Assembleia de Freguesia e também pelos cidadãos. Se alguém tiver uma questão particular, poderei responder. Relativamente ao Regulamento da Feira de Vilar do Paraíso. Dizer que este regulamento a única coisa que faz é retirar um capítulo de contra ordenações. Em nosso entender está desadequado (não fazia sentido ter no regulamento que está em vigor, a Feira de Vilar do Paraíso já tem um regulamento em vigor, já está um regulamento em vigor há alguns anos a esta parte). Nós estamos a fazer uma alteração do regulamento da feira de Vilar do Paraíso. Essa alteração visa, retirar um capítulo que estava relacionado com a aplicação das contra ordenações. Está no nosso entender desajustado e desadequado e desactualizado. Adequar o regulamento àquilo que é a nova realidade da feira. Nomeadamente as novas áreas do patamar superior e patamar inferior. Recordando que o patamar superior é para frutas, legumes, flores e produtos hortícolas. O superior é para têxteis e vestuário. Entretanto aproveito para dizer que após o envio do documento detetamos quatro ou cinco gralhas, na página cinco, vou ter que dizer para ficar em ata, portanto pedindo para que essas gralhas sejam corrigidas, da forma como vou dizer, para que assim seja entendida a proposta da Junta de Freguesia. Na página cinco, artigo décimo segundo, número dois, na segunda linha diz "procederá à remoção e armazenamento dos bens" a palavra bens tem o "v" em vez de ter um "b". Depois na página oito no artigo



vigésimo na alínea c diz a determinada altura: “o melhoramento das condições do uso próprias do serviço” e depois em vez de ter o “que”. O “que” está mal escrito. Tem um “e” em lugar de um “u”. Na página onze, no artigo trinta e três, número um, na primeira linha diz “ considera-se que existe reincidências quando entre a prática de uma ou dias ou mais...” onde está “dias” deve corrigir-se para “duas” ou mais infracções”. No artigo trinta e um na página onze, na alínea g), diz “venda de produtos constantes no artigo 23º” e não é. É artigo 22º.

- **Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia:** Muito obrigado, Senhor Presidente, estão abertas as inscrições para estes dois pontos, dava a palavra à D. Elsa Ludmila.

- **Elsa Ludmila Dias da Silva (CDU):** Boa noite a todos, Senhor Presidente da Assembleia, Secretários, Presidente da Junta, Executivo, Membros da Assembleia e excelentíssimo público. Relativamente às normas de controlo interno, a única coisa que eu gostaria aqui de chamar a atenção, não é para o seu conteúdo, mas sim para a sua forma. Relativamente à questão de acordo ou sem acordo, na sua escrita, porque para dignificar a instituição e uma vez que vai ser publicitado, eu acho que antes de ser publicitado. A Junta deveria tomar uma decisão e escrever, redigir o documento apenas de com ou sem acordo. Neste momento misturam. Deve ser para agradar a gregos e a troianos, eu compreendo isso, mas penso que deveriam ter esse cuidado. Relativamente ao Regulamento da Feira, para não me alongar muito mais, eu, gostaria só, de fazer aqui uma pequena proposta, que é: neste momento na Assembleia Municipal está a ser discutida a Revisão dos Acordos de Execução, em que consta nomeadamente, a decisão de não delegação das competências em relativas a feiras às juntas, ora se tal for aprovado, este documento deixa de ter razão de ser, isto é a leitura que a CDU fez destes documentos. A CDU propõe que este documento seja retirado hoje da discussão e que aguarde a decisão da Assembleia Municipal. Pensamos nós a CDU que seria a decisão mais acertada. Caso isso não aconteça, já que o executivo apresentou aqui algumas correções ortográficas, eu posso adiantar que o documento tem muitas mais gralhas. Não vou estar agora aqui a ler, mas se quiserem posso fazer chegar essas correcções. Muito obrigada.

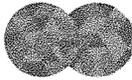


- **Paula Maria Militão de Lemos Valentim (BE):** Boa noite a todos, Senhores Presidentes, Executivo, Secretários e cidadãos em geral. Em relação ao Regulamento da Feira de Vilar do Paraíso, nós temos umas dúvidas relacionadas com alíneas b) e c) do artigo 13º, do ponto dois. Não conhecemos o enquadramento legal para as percentagens nas penalizações aqui propostas. Em relação ao ponto três, no nosso entender não faz muito sentido o feirante ter de se deslocar à Junta para pagar as taxas, visto até nem poder ser do Concelho e ser de muito longe. Para o Bloco de Esquerda faz mais sentido um funcionário se deslocar à feira para cobrar e receber essas mesmas taxas. Já agora aproveito a intervenção também para alertar o senhor Presidente, para uma gralha nas alíneas c) e d) do ponto dois, onde a c) e d) são o mesmo, depois do primeiro mês acresce uma sobretaxa de 50% e a d) é exactamente a mesma coisa. Muito obrigada.

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** Muito obrigado, Senhor Presidente. Começando pela intervenção da senhora Representante Elsa Silva. Queria tranquilizá-la. Faz parte das competências próprias das Juntas de Freguesia gerir feiras e mercados que sejam da sua responsabilidade, não tem que ser, não é uma competência delegada da Câmara Municipal nos acordos de execução, e portanto não faz nenhum sentido fazer depender o funcionamento da Feira de Vilar do Paraíso e este Regulamento daquilo que está a ser hoje na Assembleia Municipal. Está a discutir e votar os acordos de execução. As feiras e mercados são uma competência própria da Junta de Freguesia (por ventura algumas feiras são geridas pela Câmara Municipal, que podem ser delegadas em algumas juntas de Freguesia?), porque as competências das feiras e mercados é uma competência da Câmara, mas também é das Juntas de Freguesia. A Câmara Municipal gere feiras e mercados. Como o Mercado da Afurada, pode querer delegar o Mercado da Afurada na Junta de Freguesia de Santa Marinha da Afurada. Gere a dos Carvalhos e pode querer delegar a gestão da Feira dos Carvalho na Junta de Freguesia de Pedroso e Seixezelo. Mas não gere a feira de Canidelo e nem gere a Feira de Vilar do Paraíso. Como também não gere o Mercado de Levante. Estas feiras e mercados são da responsabilidade das Juntas de Freguesia em causa, e são uma competência própria que está definida na Lei de 75/2013. Um conjunto de competências delegadas nas Juntas de Freguesia. Nós não temos que depender. Faz parte da autonomia das Juntas de Freguesia, portanto, não temos que depender



minimamente daquilo que está a ser discutido e votado na Câmara Municipal. Aliás, nem a Junta de Vilar do Paraíso, nem a União de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso recebeu qualquer delegação de competências ou duodécimos, ou uma comparticipação através dos acordos de execução para a gestão da Feira de Vilar do Paraíso. Portanto é um serviço que é prestado à população, é uma feira que é da Junta de Freguesia. A gestão da feira de Vilar do Paraíso decorre a expensas da Junta de Freguesia. É um serviço que está a ser prestado à população local. É uma Feira da Junta de Freguesia, gerida pela Junta de Freguesia, que tem um enquadramento legal diferente das outras feiras, visto que (a par de muitas feiras que já existiam no Concelho e do país) já existiam antes da entrada em vigor da Lei que define a organização e as regras das feiras e mercados do país. Como é anterior à entrada em vigor da Lei, são situações que não são permitidas na feira de Vilar do Paraíso, ela já existia, já funcionava antes de entrar em vigor da Lei específica. Relativamente à questão colocada pela senhora Representante do Bloco de Esquerda. Estas taxas já existiam. Nós não fizemos qualquer alteração nas taxas. Tudo aquilo que está aqui como taxas a cobrar são as taxas que já são cobradas até hoje. Asseguro-lhe que nos últimos quatro anos (se calhar há mais tempo, mas não posso assegurar, não estava cá, há quatro anos que as taxas estão inalteradas, aliás decorreu as obras da Feira, a Feira funcionou numa rua adjacente à Capela de São Martinho) não cobramos um euro aos feirantes durante esses meses, foi mais ou menos de Dezembro de 2016, até Julho, Agosto de 2017. Não pagaram um euro pelos lugares de venda e mesmo com a inauguração da Feira de Vilar do Paraíso. Eu recordo que a Junta de Freguesia suportou o projecto de arquitectura. Suportou os projectos de especialidade. Suportou depois, também as tendas que são utilizadas pelos feirantes (são da Junta de Freguesia) estão “concessionadas” aos feirantes. Depois o nosso pessoal. Nós temos sempre quatro elementos que dão apoio à Feira. Terça, quinta e sábado são três ou quatro. O sábado é o dia mais forte. A receita é gerada pela Feira. No ano de 2017 foi muito curta, por causa daquele interregno – de mais de meio ano de ausência de receita. Em todo o caso, é um serviço público que a Junta presta no âmbito das competências próprias, no âmbito das autonomias das Juntas de Freguesia. Portanto este Regulamento, não mexe nos números, esta alínea d) tem uma gralha, eu de facto agradeço-lhe. Não mexe nos números, nem nas percentagens e nem nos valores. A única coisa que



fizemos foi retirar um capítulo relacionado com as contra ordenações que nós entendemos que é desajustado e desadequado.

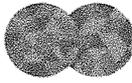
- **Elsa Ludmila Dias da Silva (CDU):** Muito obrigado pelo esclarecimento. Sendo assim, e indo este ponto para discussão e para votação, nós temos, então alguns esclarecimentos a pedir. No artigo nono, ponto um é referido *“a ocupação de qualquer espaço na feira para venda de produtos ou para quaisquer outros fins...”*, Gostaríamos de saber que quaisquer outros fins são estes. Senhor Presidente interrompe dizendo que tem que ler até ao fim e procede à leitura deste ponto *“a ocupação de qualquer espaço na feira para venda de produtos ou para quaisquer outros fins, carece sempre de licença de ocupação emitida pela Junta de Freguesia.”* Estamos a falar da Feira, portanto, se não é para venda de produtos, seja que produtos forem, quais são esses outros fins, era só isso que gostaríamos de entender. No artigo décimo segundo ponto um, alínea a), na nossa opinião, esta alínea deveria salvaguardar o cônjuge ou familiares diretos que em caso de morte do titular pretendam prosseguir a actividade à caducidade da licença. Na nossa opinião isso devia ser salvaguardado. No artigo *décimo terceiro*, ponto dois, *alínea d)* (parece-nos como já foi falado pelo Bloco de Esquerda) era a linha que estava a mais. No artigo décimo oitavo, ponto quatro, solicitar esclarecimento sobre o porquê da limitação do número de pessoas em simultâneo nos locais de venda e só. Muito obrigada.

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** As situações que refere constam do Regulamento há muitos anos. Nós não estamos a alterar nada. Destas três situações nenhuma tem alteração. Já está assim (fazem parte das regras do funcionamento da feira) há muitos anos, desde a aprovação deste Regulamento. Na anterior Assembleia de Freguesia de Vilar do Paraíso (se calhar até foi por isso) foi aprovado por unanimidade na altura por todos os partidos. Relativamente à ocupação de qualquer espaço na Feira de Vilar do Paraíso. A venda de produtos ou para venda de quaisquer outros fins carece sempre da ocupação e licença emitida pela Junta de Freguesia. Aquilo que eu presumo (porque nunca aconteceu, nestes quatro anos, que na altura a Assembleia de Freguesia de Vilar do Paraíso, entendeu que devia definir as regras, deve ser para a Junta de Freguesia) se entender organizar um evento tipo uma feira de velharias ou como havia no Largo Estevão Torres que o Ginásio costumava organizar, a



feira dos usados. Tem que passar licença, porque a ASE vai lá, como aconteceu no Largo Estevão Torres, depois é uma chatice. Eu entendo que é para este fim. Depois o artigo 12.º, por morte do titular. As licenças caducam por morte do titular. A CDU defende que um familiar direto pode assumir a licença (nós temos permitido que isso aconteça). Não estamos disponíveis para definir essa regra de forma mais explícita no Regulamento. Nós até temos permitido que por doença isso aconteça. A pessoa está doente. A licença caduca. A pessoa também deixa de ir à feira. O regulamento também diz se estiver muito tempo sem ir à feira também caduca a licença e nós temos permitido. Havendo bom senso nos regulamentos consegue resolver tudo, estão livres para definir isso de forma mais explícita. Depois no artigo 18.º tem a ver com as dimensões dos locais e tem a ver com o facto (isto acontece, estou-me a recordar de uma família que são mais de duas pessoas que estão no local, nós vamos permitindo, desde que isso não cause conflito na feira, isto tem a ver com a gestão dos conflitos na feira, a feira gere muitos conflitos) de as pessoas estarem em cima umas das outras. Isso gera sempre alguma conflitualidade. Tem a ver com os produtos que o vizinho vende. O senhor Domingos Coelho é o elemento da Junta que tem o Pelouro de Feiras da Feira de Vilar do Paraíso está lá praticamente todos os sábados. Esta regra que já existe há muitos anos tem que dar á Junta a possibilidade de gerir os conflitos na Feira. Muitos conflitos, como eu disse á pouco. Estas duas últimas regras não têm sido aplicadas de forma séria, temos o bom senso que isso também ajuda que haja algum bom ambiente, resolvendo os problemas das pessoas. As pessoas que vendem lá (e aquilo que nós dissemos aos feirantes na altura), é que, até ao final do ano, deste ano, não iríamos autorizar que fossem para lá vender outros produtos. E este ano vamos estudar cada caso. Está o investimento feito. O sábado está quase completo. O patamar superior dos produtos hortícolas está completo ao sábado de manhã e a parte de baixo de têxteis e vestuário. Em cima é produtos hortícolas, peixe e pão. Em baixo é vestuário e têxtil, cá em baixo há dois lugares salvo erro para a Junta vender ao sábado. Depois à terça e à quinta, está mais vazio, portanto nós aqui no artigo o que nós podemos fazer (se a Assembleia concordar) é arranjar uma redacção para o artigo 12.º (indo de encontro àquilo que disse proponho que o documento não seja votado hoje) seja votado na próxima Assembleia de Freguesia, para ser discutido. Não vai ser feita hoje. Vamos só introduzir aqui a proposta apresentada pela CDU, artigo 12.º,



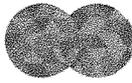


ponto um, alínea a). Depois de discutida a alteração deste ponto, o Senhor Presidente começou por ler a nova redacção dada a este artigo, o artigo 12.º tem como título – Caducidade das Licenças, numero um “As licenças caducam: alínea a) por morte do titular, salvo se reclamada pelo cônjuge ou familiar por direto em primeiro grau”.

- **Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia:** Pergunta se existe mais alguma proposta, mais alguma questão. Pergunta se, se pode avançar para a votação.

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** Já agora e como estão a conferenciar, eu há pouco não respondi, se me permite, à questão colocada pela senhora representante da CDU acerca do acordo ou sem acordo. É sempre preferível haver acordo. Agora os regulamentos numa escala mais nítida, como os projetos lei na Assembleia da República, servem de contributo a várias pessoas e uns escrevem com acordo e outros sem acordo. Eu escrevo sem acordo. Sou contra o acordo. A Assembleia tem uns serviços que não a Junta e a Assembleia de Freguesia. Têm gente especializada para fazer a chamada redacção final, todas as propostas de lei e projetos que são aprovados, carecem sempre de correções, destas que estivemos aqui falar e confia-se sempre na redacção final, embora que há virgulas que fazem toda a diferença, mas desse ponto de vista nós vamos ter que definir. Acho que tem razão, se calhar na próxima reunião de Junta, vamos fazê-lo. Muito obrigado.

- **Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia:** Tal como referi inicialmente os trabalhos desta Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, são suspensos, inicialmente a reunião estava agendada para dia quinze, mas penso que há um elemento de uma força política que pediu para ser adiada uma semana, caso todos concordem, sem prejuízo depois de nós afinarmos esta situação, o que fica, é que provavelmente não vai ser dia quinze, também não nos podemos estender muito, para além do dia vinte e dois. Depois eu articularei. Ficarei com essa incumbência de junto de cada representante dos grupos presentes, perceber a disponibilidade de cada, para a segunda reunião desta sessão. O senhor Gustavo Gama interpela o senhor Presidente da Assembleia para pedir um esclarecimento.



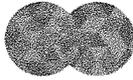
- **Senhor Gustavo Leite Gama:** É só um pedido de esclarecimento, ou seja, por causa de um elemento não poder isso põe em causa toda a assembleia? Por exemplo, se eu adiar uma semana pode trazer inconvenientes.

- **Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia:** No caso o funcionamento da Assembleia de Freguesia, e isto é o que eu vou fazendo. Quando são grupos individuais e numa matéria tão sensível, como é a Discussão e Votação do Orçamento e do Plano de Atividades, eu privilegio essas situações. Caso esta situação fosse do grupo do PSD ou do PS, isto não se colocaria, como é obviamente, porque têm capacidade para se fazer representar, tem outra dimensão. Já tive há quatro anos, tive o cuidado com as forças minoritárias representadas apenas por um elemento de estarem presentes. Nomeadamente os seus líderes. Vou procurar manter essa abordagem. Pode não ser a melhor. Desde que assumi estas funções tenho vindo a manter-me coerente sobre essa situação. Tem a ver com representações que não são nominais. Não são nominais porque há sempre a possibilidade de se avançar na lista, mas como manda o bom senso, temos que ter um cuidado adicional. Relativamente a estas forças menos representadas na Assembleia, (naturalmente as outras forças têm outras capacidades para se fazerem representar e substituir) foi feito. Dito isto e feito este esclarecimento (e atrasados quatro minutos que passa do que habitualmente é pedido para as sessões) vou pedir à Assembleia para prolongar por mais quatro minutos, passaria à leitura da Minuta da Ata.

Resta-me desejar a todos a continuação de Festas Felizes, que o ano de dois mil e dezassete encerre da melhor maneira e que o ano de dois mil e dezoito seja um ano particularmente feliz para todos. Muito obrigado.

Depois da leitura, o Senhor Presidente da Assembleia da União de Freguesias colocou à votação a minuta da presente ata, a qual foi aprovada por unanimidade.

Não havendo inscrições nem mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia declarou encerrada a reunião, pelas 23h 35 minutos, da qual se lavrou a presente ata, cuja minuta foi aprovada por unanimidade, e eu, Arnaldo da Rocha Ferreira da Silva, segundo secretário da assembleia de freguesia, a elaborei e subscrevo.



MAFAMUDE
VILAR DO PARAISO
JUNTA DE FREGUESIA

O Presidente da Assembleia de Freguesia,

(Tiago Filipe da Costa Braga)